



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Fabiana Carvalho Massano

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Ana Isabel Cunha

Covilhã, Janeiro de 2018

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Dedicatória

Aos meus pais e irmão,
por me inspirarem a ser cada dia uma pessoa melhor.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Agradecimentos

Aos meus pais e irmão, um obrigado não chega por tudo o que têm feito e por todo o amor e confiança que depositam em mim. O vosso orgulho é a minha maior conquista.

À Prof^a. Doutora Ana Cunha, um grande obrigado pela excelente orientação e sobretudo pela paciência e por ter sido incansável. Sem si, não teria sido possível concluir este trabalho.

À minha família, em especial às minhas madrinhas Paula e Ana, pelo carinho e pelas palavras de incentivo, muito muito obrigada.

À Sónia e à Joana, um obrigado gigante por estarem presentes em todos os momentos bons e menos bons ao longo destes anos. Obrigada pelas conversas, pelos abraços, pelas gargalhadas, ... e principalmente por se terem tornado muito mais que amigas.

Às minhas amigas e amigos de sempre, obrigada pelo apoio, por compreenderem as minhas ausências e por mostrarem que os amigos de infância duram para a vida toda.

Às minhas ubianas lindas, obrigada por terem caminhado ao meu lado ao longo destes anos e terem tornado o trajeto mais rico e divertido. Levo-vos comigo no coração.

Aos amigos da Covilhã, obrigada por serem um misto de ideias tolas e conversas sérias, de noites improvisadas e programas agendados e por terem trazido um pouco de ânimo e descontração aos momentos de tensão.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Resumo

A violência no contexto das relações de intimidade constitui um fenômeno prevalente. Este estudo tem como objetivo analisar a prevalência de estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos jovens e explorar eventuais diferenças ao nível das crenças legitimadoras de violência conjugais em função da ocorrência de estratégias de resolução de conflitos abusivas e em função do género.

Participaram neste estudo 306 estudantes do ensino superior, maioritariamente do sexo feminino (57.2%), com uma média de idade de 20.69 anos, que responderam à Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) e à Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (CTS2).

Os resultados apontam a negociação como a estratégia de resolução de conflitos mais prevalente nos estudantes. No que diz respeito a estratégias abusivas, a agressão psicológica evidencia-se como a estratégia abusiva mais prevalente. Foram encontradas diferenças significativas na vitimação da agressão psicológica severa e na vitimação e perpetração da coerção sexual ligeira, tendo os estudantes do sexo masculino obtido valores mais elevados. No geral, as crenças legitimadoras de violência são superiores nos estudantes que já sofreram ou utilizaram estratégias abusivas de resolução de conflitos nas suas relações de namoro, quando comparados com os que nunca sofreram/utilizaram. Os estudantes do sexo masculino apresentam crenças legitimadoras de violência mais elevadas que os estudantes do sexo feminino. São discutidas as implicações do estudo.

Palavras-chave: violência no namoro, CTS2, crenças, ECVC.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Abstract

Violence in the context of intimacy is a prevalent phenomenon. This study aims to analyze the prevalence of conflict resolution strategies used by young people and to explore possible differences in the legitimating beliefs of conjugal violence due to the occurrence of strategies for resolving abusive and gender - based conflicts.

Participating in this study were 306 higher education students, mostly female (57.2%), with a mean age of 20.69 years, who responded to the Scale of Beliefs on Conjugal Violence (ECVC) and Revised Conflict Tactical Scales (CTS2).

The results point to negotiation as the most prevalent conflict resolution strategy among students. With regard to abusive strategies, psychological aggression is evidenced as the most prevalent abusive strategy. Significant differences were found in the victimization of severe psychological aggression and in the victimization and perpetration of mild sexual coercion, with male students obtaining higher values. In general, the legitimating beliefs of violence are higher in students who have already suffered or used abusive conflict resolution strategies in their dating relationships compared to those who have never suffered / used. Male students have higher legitimating beliefs of violence than female students. The implications of the study are discussed.

Keywords: dating violence, CTS2, beliefs, ECVC.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Índice

Dedicatória	iii
Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract.....	ix
Lista de tabelas	xiii
Introdução	15
Capítulo 1: Corpo teórico	17
I. Violência	17
i. Definição.....	17
ii. Tipos de violência	18
II. Violência nas relações íntimas juvenis.....	19
i. Caraterização da violência no namoro	19
ii. Resolução de conflitos entre o casal	20
iii. Prevalência da violência no namoro	21
iv. Teorias e fatores explicativos da violência	23
v. Fatores de Risco	25
III. Crenças sobre violência no namoro	26
i. Conceito de crença	26
ii. A importância das crenças no contexto de violência.....	28
iii. Crenças e género.....	29
Síntese do capítulo.....	31
Capítulo 2: Corpo empírico	33
I. Metodologia	33
1. Objetivos e variáveis em estudo.....	33
2. Participantes	34
3. Instrumentos	37

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

II. Resultados.....	41
Síntese dos resultados	51
Capítulo 3: Discussão e reflexões finais	53
Limitações, implicações práticas e sugestões para estudos futuros	57
Referências bibliográficas.....	59

Lista de tabelas

Tabela 1: Dados sociodemográficos e familiares dos participantes.

Tabela 2: Características dos relacionamentos íntimos dos participantes.

Tabela 3: Duração, em meses, dos relacionamentos íntimos (atual e passado) dos participantes.

Tabela 4: Análises estatísticas em função dos objetivos.

Tabela 5: Prevalência global das estratégias reportadas (perpetração e vitimização), atendendo à severidade, para homens (n= 131), mulheres (n= 175) e amostra total (n= 306).

Tabela 6: Comparação da frequência de estratégias de resolução de conflitos abusivas (vitimação) e entre participantes do sexo masculino e feminino.

Tabela 7: Comparação da frequência de estratégias de resolução de conflitos abusivas (perpretação) e entre participantes do sexo masculino e feminino.

Tabela 8: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (vitimação/não vitimação de agressão psicológica).

Tabela 9: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (vitimação/não vitimação de abuso físico sem sequelas).

Tabela 10: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (vitimação/não vitimação de coerção sexual).

Tabela 11: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (perpetração/não perpetração de agressão psicológica).

Tabela 12: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (perpetração/não perpetração de abuso físico sem sequelas).

Tabela 13: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (perpetração/não perpetração de coerção sexual).

Tabela 14: Comparação de médias entre as crenças legitimadoras de violência e participantes do sexo masculino e feminino.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Introdução

Nos últimos tempos, é recorrente ouvir-se falar da temática de violência nas relações de intimidade, nomeadamente no namoro, sem que se explorem os possíveis fatores relacionados com esses comportamentos disfuncionais e, muitas vezes, agressivos/violentos. Assim, o presente estudo, desenvolvido no âmbito da dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, pretende aprofundar um pouco esta temática e explorar as crenças de jovens estudantes do ensino superior relativas a este tipo de comportamentos.

Apesar da sua condição dinâmica e mutável, pode afirmar-se que a violência se traduz por comportamentos desajustados, contra o próprio sujeito, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade. Através do uso intencional da força ou do poder (ameaças ou na prática), os comportamentos violentos resultam ou podem vir a resultar em danos físicos e/ou psicológicos, mal desenvolvimento ou privação e morte (OMS, 1996). Por norma, estes comportamentos podem ser de natureza física, sexual ou psicológica (Dahlberg & Krug, 2007). Também a violência nas relações interpessoais, nomeadamente no namoro, que engloba na sua definição o compromisso, a interação futura e a intimidade física, se caracteriza por agressões físicas, sexuais e/ou psicológicas praticadas por um parceiro contra o outro no contexto da sua relação de intimidade (Sugarman & Hotaling, 1991 citado por Oliveira & Sani, 2005).

A interação de fatores individuais (predisposição para a agressividade), relacionais (modelos), sociais (normas e valores) e ambientais (situações do contexto) pode ser preditiva da violência (Dahlberg & Krug, 2007). Neste âmbito, foram desenvolvidas várias teorias, como a Teoria Feminista, a Teoria da Vinculação e a Teoria da Aprendizagem Social, que se propõem fundamentar as causas da ocorrência de comportamentos violentos nas relações de intimidade. A juntar a estes fatores explicativos, existem também fatores de risco, individuais, situacionais e crenças, que influenciam e servem de preditores da ocorrência de violência (Dardis, Dixon, Edwards & Turchik, 2015; Shorey, Cornelius & Bell, 2008).

As “crenças”, embora sendo um conceito subjetivo que facilmente se confunde com outros constructos, podem definir-se como uma afirmação tida como verdadeira, algumas vezes vista como um tipo de conhecimento subjetivo, baseado na experiência e muitas vezes implícito (Pehkonen & Pietilä, 2003). São ainda entendidas como juízos pessoais construídos a partir da vivência em conjunto com os outros, ditando a forma como o indivíduo se comporta e orienta a sua vida (Raymond, 1997).

Os valores e normas sociais têm influência na forma como os jovens gerem o seu relacionamento íntimo, logo as crenças dos mesmos em relação à violência e como estas guiam os seus comportamentos podem ser um motivo para o uso ou não da mesma nos seus relacionamentos (May, 2002 citado por Cristóvão, 2012). A legitimação dos comportamentos

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

abusivos nas relações de namoro assenta, na maioria das vezes, em atos de ciúme e na crença de que o amor supera tudo, permitindo a contínua perpetuação dos comportamentos de violência (Nascimento & Cordeiro, 2011).

Com base nestes conceitos, este estudo propõe explorar as crenças de jovens estudantes universitários sobre violência conjugal, e de que forma elas podem diferir consoante as estratégias utilizadas na resolução de conflitos nas suas relações de intimidade. A sua pertinência advém do facto de se tratar de um tema relativamente pouco aprofundado em termos científicos e de procurar estabelecer uma ligação entre a subjetividade das crenças e a objetividade da violência. Um melhor entendimento deste tema possibilita a construção de estratégias que promovam a mudança de pensamento e a diminuição dos comportamentos abusivos.

O presente trabalho encontra-se, então, dividido em três capítulos: no primeiro, será apresentada uma revisão de literatura acerca dos conceitos de violência e violência no namoro, especificando os tipos, teorias explicativas e integrando dados relativos à sua prevalência, e crenças legitimadoras de violência. No segundo capítulo, será exposta a metodologia do estudo, descrevendo os seus objetivos, a caracterização da amostra, os instrumentos utilizados e procedimentos inerentes. Seguir-se-á a apresentação dos resultados e, por fim, será apresentada a discussão dos mesmos, seguida de uma reflexão crítica, englobando as limitações e recomendações para estudos futuros.

Capítulo 1: Corpo teórico

I. Violência

i. Definição

A definição de violência é habitualmente unânime entre os investigadores, defendendo que a mesma se expressa em atos que resultam de uma relação de poder, incluindo ameaças e intimidação (Dahlberg & Krug, 2007). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (1996), a violência traduz-se no uso intencional da força física ou do poder, em forma de ameaças ou na prática, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha uma alta probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mal desenvolvimento ou privação. Dahlberg e Krug (2007) acrescentam também a negligência, o abuso físico, sexual e psicológico, o suicídio e outros atos autoinfligidos a este conceito de violência.

No entanto, apresentar o conceito de violência requer algum cuidado, devido à sua condição dinâmica e mutável, uma vez que a sua representação, dimensão e significado sofrem adaptações à medida que as sociedades evoluem e se transformam (Abramovay, 2005 citado por Stelko-Pereira & Williams, 2010). O mesmo autor refere que este dinamismo próprio dos fenómenos sociais é-lhe atribuído por fatores como a dependência do momento histórico, da localidade, do contexto cultural, entre outros.

Os comportamentos de violência podem ser públicos ou privados, em resposta a acontecimentos anteriores, como por exemplo uma provocação (Dahlberg & Krug, 2007). Haan (2008) corrobora esta ideia, afirmando ainda que a violência pode ser individual ou coletiva, interpessoal ou institucional, nacional ou internacional, simbólica ou estrutural e pode destinar-se a familiares, conhecidos ou estranhos. O mesmo autor refere também que o motivo do agressor pode ter por base irritação, um impulso, hostilidade, um acontecimento conflituoso ou uma intenção predatória e que alguns comportamentos violentos são concluídos em alguns momentos, ao contrário de outros que evoluem para relações de conflito de longo prazo.

Para Walters e Parke (1964 citado por Dahlberg & Krug, 2007), a violência é determinada pela cultura, pois apesar de algumas pessoas terem a intenção de ferir ou magoar outras, de acordo com a sua formação cultural e as suas crenças, esses atos não são considerados violentos. Esta afirmação coloca a questão da intencionalidade dos comportamentos, distinguindo violência de atos não intencionais que produzem ferimentos, ou seja, embora haja intenção de usar força num dado comportamento, não significa que

haja intenção de causar danos. Daí que, por vezes, a violência não apresente uma estrutura facilmente identificável, como uma ação ou um facto, isto é, na maioria das vezes o comportamento violento insinua-se como um ato natural, cuja essência passa despercebida (Odalía, 2004 citado por Stelko-Pereira & Williams, 2010).

ii. Tipos de violência

Segundo Dahlberg e Krug (2007), os comportamentos violentos podem ser de natureza física, sexual ou psicológica. O abuso físico caracteriza-se pelo uso de ameaça ou força física ou restrição com o intuito de causar dor ou injúria a outro (Sugarman & Hotaling, 1997). Portanto, a violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano, através da força física, de arma ou instrumento que possa causar lesões internas (hemorragias, fraturas) e externas (cortes, hematomas, feridas) (Silva, Coelho & Caponi, 2007), como por exemplo empurrar, bater, estrangular e arremessar objetos (Duarte & Lima, 2006).

O abuso sexual é definido por Koss (1988, citado por Paiva & Figueiredo, 2003) como “uma interação sexual conseguida contra a vontade do outro, através do uso da ameaça, força física, persuasão, uso de álcool/drogas, ou recurso a uma posição de autoridade”. A violência sexual refere-se, então, a todo o comportamento no qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais contra a sua vontade, por meio de força física, influência psicológica (intimidação, aliciamento, sedução) ou do uso de armas ou drogas (Silva et al, 2007).

Finalmente, o abuso psicológico é entendido como um padrão de comunicação, verbal ou não, que objetiva causar sofrimento psicológico no outro, ou que é percebido como tendo esse fim (Straus & Sweet, 1992). A violência psicológica comporta, assim, toda a ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento de uma pessoa, sendo a mais difícil de ser identificada comparativamente com os outros tipos de violência (Silva et al, 2007). Exemplos de comportamentos psicologicamente agressivos são o insulto, a humilhação, deixar de falar ou interagir com a vítima e restrição da sua liberdade de ação (Duarte & Lima, 2006).

II. Violência nas relações íntimas juvenis

i. Caracterização da violência no namoro

A violência num relacionamento íntimo caracteriza-se por uma relação em que um parceiro experiencia vulnerabilidade psicológica, perda de poder e controlo em favor do exercício de poder do outro parceiro, pelo uso de força física, sexual, psicológica e/ou moral (Coker, Smith, McKeown, & King, 2000). Assim, ocorre violência nas relações interpessoais íntimas quando estas englobam comportamentos de violência física, psicológica e sexual contra pessoas de outro ou do mesmo sexo com quem a vítima mantenha ou tenha mantido uma relação, com ou sem coabitação (Ventura, Frederico-Ferreira & Magalhães, 2013).

O namoro é definido por Sugarman e Hotaling (1991 citado por Oliveira & Sani, 2005) como englobando três dimensões: o compromisso, a interação futura e a intimidade física, sendo no seio destas relações interpessoais que se encontram, por vezes, problemas que envolvem agressões físicas, sexuais e/ou psicológicas, o que constitui a violência no namoro. Anderson e Danis (2007 citado por Shorey et al, 2008) referem a violência no namoro como sendo uma ameaça ou uso de abuso físico, sexual ou verbal de um parceiro a outro no contexto de uma relação de namoro. A violência num relacionamento de namoro é caracterizada, na maioria dos estudos, por atos de “menor” gravidade, como bater ou empurrar um parceiro durante uma discussão (Strauss, 2004). Contudo, estas experiências românticas têm implicações no desenvolvimento e no bem-estar dos jovens, logo dinâmicas disfuncionais e relações mal adaptativas podem afetar a saúde, o sucesso académico, entre outros (Bonache, Ramírez-Santana & Gonzalez-Mendez, 2016).

A violência no namoro assemelha-se bastante às agressões que ocorrem na intimidade das relações conjugais, tanto que, com base na legislação portuguesa, a mesma é punida enquanto crime de violência doméstica. É de salientar que a vivência do namoro, principalmente nos mais novos, não fugindo do carácter íntimo, se desenrola no seio do grupo de pares, o que significa que a mediação dos comportamentos do casal é feita pela observação dos elementos do grupo, tendo por base as aprendizagens obtidas na vivência familiar. Antes da vida adulta, em que a personalidade ainda não está definida e as emoções constituem muita intensidade, os relacionamentos íntimos remetem também para a inexperiência. Assim sendo, numa situação de namoro, quer os rapazes quer as raparigas, vão procurar desempenhar os papéis sociais que acarretam as normas e expectativas de género e assim mimetizar os comportamentos que entendem ser os esperados. Uma vez que procuram seguir os padrões culturais e afirmar-se enquanto homens e mulheres, as diferenças de

gênero, que giram envolta do poder e do controlo, assumem uma posição na relação e abrem caminho para a ocorrência de violência (DGS, 2016).

ii. Resolução de conflitos entre o casal

Quando as relações de namoro se caracterizam por estratégias de resolução de conflitos e estratégias de coping adequadas são encaradas como relações satisfatórias e construtivas, as quais ajudam a preservar o carinho e o sentimento positivo entre o casal. Por sua vez, uma relação destrutiva magoa os indivíduos e danifica as relações, devido à hostilidade e desrespeito exibidos pelo casal (Bonache et al, 2016).

Deste modo, a análise das estratégias de resolução de conflitos utilizadas entre o casal é considerado um aspeto relevante no estudo do fenómeno da violência nas relações íntimas. Neste âmbito, foram desenvolvidos instrumentos para avaliar a forma como, no âmbito de uma relação íntima, os parceiros resolvem os seus conflitos. O Conflict Resolution Styles Inventory - CRSI (Kurdek, 1994) constitui um exemplo. Esta escala enquadra as seguintes estratégias de resolução de conflitos: a) positiva/construtiva, que envolve o compromisso e a negociação; b) envolvimento no conflito, referente ao uso de ataques pessoais e perda de controlo; c) retirada/afastamento, que implica a recusa em discutir a questão problemática, levando o parceiro a fazer o mesmo e d) conformidade/submissão, que ocorre quando um membro do casal cede/desiste, não defende a sua própria opinião e aceita passivamente a opinião do outro.

Com base neste instrumento, Simon, Kobielski e Martin (2008) fizeram um estudo com base numa amostra de 494 estudantes universitários, na sua maioria do sexo feminino (78%), com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos ($M= 19.3$). Os resultados apontaram para a negociação como sendo a estratégia de resolução de conflito mais frequente entre os jovens participantes, seguida da conformidade/submissão. Bonache et al (2016) realizaram um estudo com 1938 estudantes, na sua maioria do sexo feminino, dos 13 aos 18 anos de idade, no qual recorreram também à escala Conflict Resolution Styles Inventory (CRSI). As estratégias de resolução de conflito mais comumente utilizadas pelos jovens casais foram a positiva/construtiva, a retirada e o envolvimento no conflito. De igual forma Delatorre, Scheeren e Wagner (2017) utilizaram o CRSI na sua investigação. Avaliando uma amostra de 1500 sujeitos (750 mulheres e 750 homens casados) residentes no Brasil, com idades compreendidas entre os 18 e os 80 anos ($M= 40.9$), os autores verificaram diferenças significativas entre géneros, tendo as participantes do sexo feminino apresentado maiores índices de envolvimento no conflito e índices menores no afastamento, comparativamente aos participantes do sexo masculino (Delatorre, Scheeren & Wagner, 2017)

Outro instrumento muito relevante e comumente utilizado para analisar as estratégias usadas em situações de conflito, é o Revised Conflict Tactics Scales (Straus,

Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996). Adaptado também para a população portuguesa, como Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (CTS2 de Alexandra & Figueiredo, 2006), este instrumento permite avaliar a utilização de diferentes estratégias, como a negociação, ou táticas consideradas abusivas, como a agressão psicológica, o abuso físico com e sem sequelas e a coerção sexual. A importância da sua utilização, para além de abranger todos os tipos de agressão, deve-se ao facto das escalas serem avaliadas no âmbito de ambas as perspetivas da vítima e do perpetrador, e por terem em conta a severidade das estratégias de conflito utilizadas (Alexandra & Figueiredo, 2006). Como veremos de seguida, as CTS2 têm sido ainda frequentemente utilizadas no âmbito do estudo da prevalência dos comportamentos abusivos.

iii. Prevalência da violência no namoro

Até ao século XX, no que diz respeito à violência, os estudos focavam-se apenas nas agressões que ocorriam no contexto familiar, nomeadamente na violência conjugal e na violência doméstica. Só mais tarde, um estudo pioneiro de Makepeace (1981) veio alertar para a ocorrência de violência nas relações de namoro, sendo este o primeiro estágio em que as pessoas desempenham papéis enquanto casal, antes do casamento. Este estudo demonstrou uma prevalência de 12.1% a 72.4% de sofrendores/vítimas por parte do/a namorado/a e revelou que 61% dos participantes afirmaram conhecer jovens que passaram por uma experiência de namoro abusiva (Makepeace, 1981).

Este estudo veio abrir portas para novas investigações a nível internacional. Uma delas foi um estudo realizado por Stets e Henderson (1991 citado por Paiva & Figueiredo, 2003), numa amostra representativa da população americana, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, onde constataram que 30% dos sujeitos afirmaram ter sido vítima de agressão física, no ano anterior à investigação. Posteriormente, Straus, Aldrighi, Borochowitz, Brownridge, Chan, Figueiredo, et al (2002 citado por Paiva & Figueiredo, 2003), num estudo com uma amostra de 3086 estudantes universitários de ambos os sexos, de 14 países, revelaram que 28.2% dos sujeitos afirmaram ter perpetrado algum tipo de abuso físico sobre o companheiro (27.7% do sexo masculino e 28.7% do sexo feminino), sendo que em 9.7% da amostra se verificaram formas mais severas de abuso físico. Relativamente aos países onde o estudo foi realizado, os valores mais elevados de abuso físico no relacionamento íntimo registaram-se no México (51% no global e 15.9% na sua forma mais severa) e os valores mais baixos encontraram-se no Canadá (16.1% no global e 5.8% na sua forma mais severa), tendo Portugal apresentado valores ligeiramente inferiores à maioria dos países (20% no global e 7.1% na sua forma mais severa) (Straus et al, 2002 citado por Paiva & Figueiredo, 2003). Também, um estudo conduzido por Strauss (2004), em 31 universidades de 16 países, mostrou que 29% dos estudantes agrediu fisicamente o/a namorado/a, nos 12 meses anteriores à investigação.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Mais recentemente, um estudo realizado nos Estados Unidos, com uma amostra de 2524 estudantes de 80 escolas de todo o país, com uma média de idades de 16.2 anos, mostrou, através da utilização da CTS2 (Revised Conflict Tactics Scales), que 35% dos estudantes reportaram vitimação de violência (24% verbal e 11% física), e 31% reportaram ter perpetrado atos de violência (21% verbal e 9% física), no ano de 2012 (Haynie, Farhat, Brooks-Russell, Wang, Barbieri & Iannotti, 2013). Uma pesquisa patrocinada pelo NISVS - National Intimate Partner and Sexual Violence Survey, um dos maiores centros de pesquisa dos Estados Unidos, que estuda a prevalência, as características e o impacto da violência entre parceiros íntimos, em mulheres e homens, revelou que mais de uma em três mulheres (35.6%) e um em quatro homens (28.5%) experienciaram violação, violência física e/ou perseguição por um parceiro íntimo, nas suas vidas. Notou, também, que as pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos apresentam um maior risco de violência entre parceiros íntimos. O CDC Youth Risk Behavior Surveillance Survey descobriu que, nos Estados Unidos, 10% dos adolescentes foram vítimas de violência física nas suas relações de namoro, no ano de 2014, sendo que a prevalência foi maior nas raparigas do que nos rapazes (13% e 7.4% respetivamente) (Sugg, 2015).

Em Portugal, Paiva e Figueiredo (2004) desenvolveram um estudo acerca da problemática do abuso no relacionamento íntimo entre jovens adultos portugueses, tendo contado com 318 participantes estudantes universitários (46.2% do sexo masculino e 53.8% do sexo feminino) do ensino superior público e privado, com idades compreendidas entre os 19 e os 39 anos. Através do preenchimento do questionário CTS2, verificou-se que a agressão psicológica foi o tipo de abuso mais prevalente na amostra (53.8% como perpetrador e 50.8% como vítima), seguido da coerção sexual (18.9% como perpetrador e 25.6% como vítima) e do abuso físico sem sequelas (16.7% como perpetrador e 15.4% como vítima). Considerando as diferenças de género, o mesmo estudo revelou que os rapazes perpetraram mais coerção sexual (33.7%) e são mais vítimas de abuso físico com sequelas (6.9%) do que as raparigas (Paiva & Figueiredo, 2004).

Mais tarde, um estudo realizado com uma amostra de 4667 estudantes de vários níveis educacionais, dos 13 aos 29 anos, comprovou a ocorrência de comportamentos violentos nas suas relações íntimas, com taxas a variar entre os 30.6% para a perpetração global, 18.1% física e 22.4% emocional (Machado, Caridade & Martins, 2009). Estes resultados, sendo um pouco mais elevados do que os encontrados num estudo de Machado, Gonçalves, Matos e Dias (2007) realizado a uma amostra representativa de casais casados portugueses, entre os 20 e os 67 anos, aos quais foram aplicados os mesmos instrumentos (26% de perpetração global, 12% física e 24% emocional), evidenciou que a violência no namoro/relações íntimas constitui um problema significativo no nosso país (Machado, Martins & Caridade, 2014). Também Barros (2014), utilizando o questionário CTS2, verificou no seu estudo, com 262 jovens dos 16 aos 39 anos, que a agressão psicológica é o abuso mais relatado pelos participantes, quer na perpetração (51.1%) quer na vitimação (45.4%), seguido da coerção sexual, tanto na

perpetração (22.5%) como na vitimação (24.5%), e do abuso físico sem sequelas, com 17.9% na perpetração e 16% na vitimação. No que respeita ao género, constatou-se que o sexo masculino assume recorrer à coerção sexual com maior frequência (45.8%) que o sexo feminino.

Recentemente, um estudo levado a cabo pela UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta (2017), que contou com uma amostra de cerca de 5500 jovens, com idade média de 15 anos, de todo o território nacional (continente e arquipélagos), verificou que 19% dos/as jovens afirmou ter sofrido algum tipo de violência psicológica (30% insulto, seguido de 16% humilhar e rebaixar, e 10% da ameaça), sendo observada uma maior prevalência nas raparigas em comparação com os rapazes. Ainda neste estudo, 6% dos/as jovens revelou ter sido vítima de violência sexual, verificando-se também uma maior prevalência nas raparigas do que nos rapazes, tanto na vitimação como na pressão para ter relações sexuais, e 6% dos/as jovens disseram já ter sofrido comportamentos físicos violentos, não se verificando diferenças entre raparigas e rapazes.

iv. Teorias e fatores explicativos da violência

Dahlberg e Krug (2007) afirmam que a predisposição para a agressão é explicada por fatores biológicos e individuais, contudo as situações de violência só ocorrem dependendo da frequente interação entre esses e fatores familiares, comunitários, culturais ou outros fatores externos. Assim sendo, a violência é o “resultado da complexa interação dos fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais” (Dahlberg & Krug, 2007, p. 1172).

Pode, então, afirmar-se que a violência é um problema decorrente da vida em sociedade. Esta ensina os homens a querer ter uma posição de domínio e de poder nas suas relações, conseguida através de comportamentos controladores como a violência (Giordano, Cop, Longmore & Manning, 2016), constituindo a expressão da raiva e os ciúmes como as principais causas da mesma (Shorey et al, 2008). Em contrapartida, as mulheres, tidas como submissas, declaram exprimir, mais que os homens, os seus sentimentos negativos, apontando por isso a autodefesa e a retaliação como principais motivos para a perpetração da violência (Elmqvist, Wolford-Clevenger, Zapor, Febres, Shorey, Hamel & Stuart, 2016).

Assim, a violência no relacionamento íntimo pode acontecer devido a questões de controlo, isto é, as agressões podem ocorrer numa tentativa de um dos parceiros controlar, modificar ou alterar o comportamento do outro (Stets & Pirog-good, 1987; Elmqvist et al, 2016). Experiências passadas de testemunho e/ou vivência de violência, bem como tentativas anteriores de se comportar de forma não-violenta sem sucesso na recuperação do controlo, têm também influência nas respostas violentas entre parceiros íntimos. O facto de a vítima adotar uma postura submissa em relação ao agressor funciona como reforço positivo, gerando a continuidade da perpetuação da violência (Stets & Pirog-good, 1987).

Existem várias teorias que se propõem explicar as causas da ocorrência de violência nas relações de intimidade, três das quais serão apresentadas a seguir. A Teoria Feminista vai ao encontro da ideia supra mencionada de que a violência se apresenta como uma manifestação do domínio/controlo do homem sobre a mulher, que se mostra obediente/dependente do mesmo (Shorey et al, 2008). Segundo esta teoria, não se aprende a ser violento, mas aprende-se a ver o outro como alguém desprezível e que pode ser oprimido ou objeto de agressão. Existe, portanto, uma socialização de gênero numa cultura em que algumas pessoas, nomeadamente os homens pela questão da sua virilidade, obtêm privilégios impondo o submetimento de outras pessoas, neste caso mulheres, consideradas sexo frágil (Smigay, 2002). Os números elevados de agressões cometidas pelas mulheres são, de acordo com esta teoria, explicados como atos de autodefesa, que se entendem como qualitativamente distintos das agressões dos homens que pretendem provocar medo e oprimir a vítima (Shorey et al, 2008). Assim, também a vítima não é um sujeito passivo e, embora as suas perdas sejam mais profundas que as do agressor, pode e sabe ativar estratégias de resistência e contrarreação, que levam a padrões recorrentes dos comportamentos (Smigay, 2002).

Já a Teoria da Vinculação defende que as pessoas, enquanto crianças, criam protótipos de relações de intimidade com base nos primeiros cuidados recebidos na infância. Estes são relativamente consistentes ao longo do tempo e servem de modelo para futuras relações (Shorey et al, 2008). As interações com as pessoas significativas na infância tornam-se relevantes para a construção do self e de “modelos internos dinâmicos”, que se constituem como a base do comportamento interpessoal subsequente, uma vez que é a partir destes modelos que o indivíduo estabelece expectativas acerca do que pode esperar de si mesmo e dos outros quando uma relação se efetiva (Paiva & Figueiredo, 2003). Portanto, indivíduos com estilos de vinculação seguros tendem a descrever as suas relações de intimidade como sendo de confiança, amigáveis, de amor e de longa duração; os indivíduos com estilos de vinculação inseguros têm um maior risco de violência no namoro, pois os seus modelos foram criados a partir de dimensões de vítima-agressor e dominante-subordinado (Shorey et al, 2008).

Ainda, a Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1973) sugere que se aprende a ser violento, por modelagem (Smigay, 2002). Esta pode ser generalizada (aceitação de qualquer agressão entre membros da família, que pode aumentar todas as formas de agressão familiar nas gerações seguintes) ou específica (quando se reproduzem tipos particulares de agressão aos quais foram expostos). No entanto, o autor defende que os indivíduos combinam vários modelos e comportamentos observados, de forma diferente às fontes originais, aumentando a possibilidade de o indivíduo desenvolver comportamentos de violência física e psicológica (Oliveira & Sani, 2009). Explicitando, esta teoria defende que a forte exposição a ambientes violentos leva a que o sujeito que a sofre consolide este modelo como referência e, conseqüentemente, face a situações de stress e conflito, o mesmo irá responder com

violência, uma vez ter aprendido esse padrão de comportamento nas interações sociais (Smigay, 2002). É na família, enquanto local de socialização primário, onde a criança encontra as figuras modelo e apreende os seus valores morais e os papéis desempenhados pelas mesmas, portanto, se no contexto familiar existirem episódios de violência, é provável que estes sejam absorvidos pela criança através da modelagem de comportamentos e serão reproduzidos mais tarde, quer de forma idêntica quer com diferentes atitudes de permissividade e violência (Oliveira & Sani, 2009). Não só a família, mas também o grupo de pares, constitui um contexto social de aprendizagem, isto é, a observação dos comportamentos e a pressão do grupo (relacionada com a necessidade de se sentir elemento de pertença de algo) leva a que a perpetração de violência nas relações de namoro seja uma conduta aceite e, mais grave ainda, reforçada (Oliveira & Sani, 2009).

Os pressupostos desta teoria são de que os agressores viveram histórias prévias de agressão parental ou familiar, tal como os agredidos terão sido vítimas de violência familiar (Smigay, 2002). Comparando pessoas com um passado de violência familiar com as que não têm esse historial, as últimas têm uma maior probabilidade de desenvolver modelos positivos de relações e formas mais eficazes de lidar com os conflitos e menor probabilidade de tolerar comportamentos abusivos por parte do parceiro (Oliveira & Sani, 2009). Estes pressupostos evidenciam a manutenção de vínculos repetitivos e demonstram que a dificuldade em acabar com relações violentas passa por uma certa passividade feminina ou imobilismo diante da violência recorrente, pois as mulheres são ensinadas, no decorrer da socialização de género, a adotar uma postura de fragilização ou de desamparo, o chamado Desânimo Aprendido (Smigay, 2002).

v. Fatores de Risco

Uma só pessoa pode sofrer vários tipos de violência, principalmente se esta se encontrar numa situação de risco, como por exemplo uma mulher que apresente o risco de sofrer violência física por parte do seu parceiro íntimo, é provável que se encontre também em risco de sofrer violência sexual (Dahlberg & Krug, 2007). Também normas culturais como a pobreza, o isolamento social e fatores como o abuso de álcool, de drogas e o acesso a armas de fogo são fatores de risco que podem gerar mais de um tipo de violência (Dahlberg & Krug, 2007; Shorey et al, 2008).

Fatores como o facto de o indivíduo ter testemunhado atos de violência interparental na infância, ter sofrido de abuso infantil (transmitindo à criança que a violência é funcional e podendo através dela exprimir insatisfação, resolver problemas e controlar outras pessoas) (Shorey et al, 2008) ou ter tido comportamentos de delinquência juvenil estão frequentemente associados à perpetração de violência no namoro (Dardis et al, 2015). Shorey et al (2008) referem também que os estereótipos acerca do papel sexual, a adesão aos papéis

tradicionais de gênero e a aceitação de atitudes/crenças em relação à violência estão positivamente relacionados com a perpetração de violência nos relacionamentos entre jovens. A comunicação revela-se uma variável importante na perpetração de violência, pois evidências mostram que capacidades inferiores de comunicação na infância preveem a ocorrência da mesma contra um parceiro íntimo na vida adulta e ainda uma comunicação negativa entre o casal pode aumentar a violência na relação, a qual sendo mal adaptativa pode acabar na mais preocupante e trágica consequência que é o homicídio, em que as mulheres são normalmente as vítimas (Shorey et al, 2008).

Assim, pode afirmar-se que as características individuais (como a propensão para a agressividade, personalidade antissocial ou depressiva), em conjunto com fatores situacionais (como experiências de violência entre pares nos amigos próximos e a falta de monitorização dos pais) e crenças sobre violência influenciam a ocorrência da mesma nas relações de intimidade entre jovens (Dardis et al, 2015), podendo esta ser um preditor para a existência de violência nas relações futuras, como o casamento (Shorey et al, 2008).

III. Crenças sobre violência no namoro

i. Conceito de crença

Definir “crença” nem sempre é fácil, visto ser um conceito subjetivo que facilmente se assemelha a outros constructos e, conseqüentemente, é nomeado de diferentes formas. É possível definir uma crença como uma “afirmação que a pessoa acredita ser verdadeira, podendo ser vista como um tipo de conhecimento subjetivo, com base na experiência e muitas vezes implícito” (Pehkonen & Pietilä, 2003, p.2), ou como um “juízo pessoal construído a partir de experiências” (Raymond, 1997, p. 552). Outra definição descreve as crenças como sendo as lentes pelas quais cada pessoa vê o mundo, como o fundamento do comportamento e essência do afeto e como os planos que cada pessoa usa na construção da sua vida, na vivência em conjunto com os outros (Wright, Watson & Bell, 1996).

Através das histórias que contamos e das histórias das outras pessoas, percebemos as crenças de uns e de outros (Wright et al, 1996). Beck (1979 citado por Mendes & Cláudio, 2010) afirma que as crenças são formadas através da interação com o meio, nomeadamente na infância pela relação com pessoas significativas e pela existência de acontecimentos que comprovam as ideias inicialmente formadas. Embora as crenças permitam distinguir uma pessoa de outra, contribuem também para a sua união, pois a vivência em conjunto com os demais faz com que se as pessoas se influenciem mutuamente e às suas crenças (Wright et al, 1996).

Para Richardson (1996), crenças, assim como as atitudes, são parte de um conjunto de construções que dão nome, definem e descrevem a estrutura e o conteúdo dos estados mentais que são pensados para conduzir os comportamentos de uma pessoa, ou seja, são pensadas como “entendimentos, premissas ou proposições mantidas psicologicamente sobre o mundo que se sentem verdadeiras”. Também Goodenough (1963, citado por Richardson, 1996) descreveu as crenças como proposições que são tidas como verdadeiras e que são “aceites como guias para avaliar o futuro, são citadas em apoio de decisões ou são referidas ao julgar o comportamento de outros”. Rokeach (1970) propõe que as crenças sejam entendidas como proposições heurísticas (podendo começar com “eu acredito que...”), sendo que algumas são mais centrais que outras, e quanto mais centrais mais difíceis são de alterar. Por outro lado, quanto mais central a crença que se altera, mais generalizadas são as repercussões no restante sistema de crenças (Wright et al, 1996). Portanto, se as crenças são construídas com base em experiências e pensadas para conduzir ações, pode afirmar-se, tal como Richardson (1996), que se trata de um ciclo em que as experiências e as reflexões sobre as ações podem gerar novas crenças ou conduzir à mudança das antigas.

Importa distinguir o conceito de “crença” do conceito de “conhecimento”. Leatham (2006) diz que existem algumas coisas que nós simplesmente acreditamos e outras que nós “mais do que acreditamos, nós sabemos”, sendo as primeiras apelidadas de crenças e as últimas de conhecimento. Portanto, as crenças e o conhecimento podem ser agrupados no conjunto de coisas em que acreditamos, como subconjuntos complementares (Leatham, 2006). Do ponto de vista social, o facto de o conhecimento cumprir os parâmetros sociais, isto é, ser aceite por todas as pessoas de uma comunidade, difere das crenças, uma vez que estas são de carácter mais individual, podendo não ser encaradas como verdadeiras por todos os membros da comunidade (Österholm, 2010). Outra diferença entre crenças e conhecimento apontada por Speer (2005) consiste na natureza episódica das crenças, as quais se encontram mais ligadas a situações ou experiências específicas, ao contrário da natureza do conhecimento que envolve um processo mais longo e demorado. Isto parece explicar também a propriedade de agrupamento de crenças, descrita por Green (1971, citado por Leatham, 2006), em que as mesmas formam grupos de crenças isolados entre si, permitindo que uma pessoa possa ter crenças diferentes e/ou até contraditórias, visto serem organizadas conforme o crente vê as suas conexões (Furinghetti & Pehkonen, 2002). Pelo contrário, o conhecimento não podendo conter contradições deve ser devidamente fundamentado e construído segundo princípios lógicos (Green, 1971, citado por Furinghetti & Pehkonen, 2002).

Uma afirmação pode ser rotulada como crença por diversas razões, no entanto todas elas estarão relacionadas a algum grau de incerteza, isto é, se, por exemplo, uma afirmação não puder ser incluída/remetida a um domínio científico ou se o contradizer, irá ser rotulada como crença (Österholm, 2010).

ii. A importância das crenças no contexto de violência

As crenças, resultado da socialização e interiorizadas desde cedo, surgem através das interações humanas e das percepções que o indivíduo vai construindo acerca do que o rodeia, tendo influência no comportamento humano. Assim sendo, o fenômeno da violência é uma construção social, em que as vivências anteriores servem de referência para julgar algo como violento ou não violento (Machado, 2010; Mendes & Cláudio, 2010). Ventura (2014, p. 23) afirma que a “legitimação da violência é muitas vezes uma consequência de crenças culturais em que a desculpabilização dos atos abusivos faz parte da compreensão do que é ser homem e ser mulher, do que é a família, o casamento e a vida afetiva”.

Um estudo de Marroquí e Cervera (2014), com uma amostra de 153 participantes, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, veio demonstrar que cerca de 30 % dos jovens demonstraram ter a crença de que o parceiro perfeito existe e mais de 70% disse acreditar que “o amor conquista tudo”. Assim, a crença de que o amor pode ultrapassar tudo e que, com o tempo, tudo vai melhorar, supera o conhecimento da realidade e leva algum/as jovens a considerar que conseguem ultrapassar os comportamentos de violência e que os conflitos se irão resolver (Nascimento & Cordeiro, 2011).

Entre os jovens, a violência é tida como sendo natural e comum, fomentando o exercício da mesma e legitimando as condutas abusivas (Mendes & Cláudio, 2010). A maior aceitação da violência pelo critério de normalidade, frequentemente associada a atos de ciúme, dificulta a tomada de consciência dos/as mais jovens para a gravidade deste tipo de comportamento (Ventura, Frederico-Ferreira & Magalhães, 2013). Os jovens demonstram uma maior propensão para a identificação da violência apenas em situações onde ocorrem agressões físicas, excluindo qualquer outro tipo de comportamento violento, como a intimidação, a coação ou a negligência (Guimarães & Campos, 2007). Em particular, o comportamento sexualmente agressivo é resultado de uma cultura onde este tipo de comportamento é normalmente consentido e aceite (Hal & Barongan, 1976 citado por Caridade & Machado, 2008). Assim, a tolerância e legitimação desta forma de abuso, em conjunto com a vergonha muitas vezes associada, minimizam a probabilidade de haver denúncia e sanção dos agressores, dificultando a erradicação desta problemática (Frese, Moya & Megías, 2004).

Em suma, as crenças aumentam o “risco de responsabilização da vítima pelas ocorrências, promovem a desculpabilização do agressor, privatizam o problema dos maus-tratos, banalizam a experiência da vítima, negam a gravidade dos maus-tratos, não reconhecem a sua dimensão criminal e podem conduzir a posturas de não denúncia e de não intervenção” (Matos, Machado, Caridade & Silva, 2006, p. 69).

iii. Crenças e género

São as crenças e as normas sociais relacionadas com as diferenças de género que fazem, muitas vezes, surgir comportamentos agressivos e atos de violência entre os sujeitos. Tanto que, as crenças mais conservadoras sobre os papéis de género se relacionam com a tendência para desculpar os comportamentos agressivos, como por exemplo a crença existente entre os jovens de que o uso de violência (ameaças, empurrões, humilhação) é aceitável para a resolução de conflitos interpessoais, a qual constitui uma dimensão crucial na construção social do que é ser homem (Ventura et al, 2013). De acordo com Machado, Matos e Moreira (2003 citado por Cristóvão, 2012), os rapazes concordam mais com as crenças legitimadoras da violência do que as raparigas, sendo que estes possuem a crença de que a violência pode ser justificada por certos comportamentos das mulheres, dando importância à preservação da privacidade familiar e atribuindo a violência a causas externas e fora do controlo do agressor, como por exemplo a pobreza ou o álcool.

Com efeito, Jonhson, Frattanolí e Campbell (s.d. citado por Machado, 2010) verificaram, através de um estudo com jovens de idades compreendidas entre 14 e 24 anos, que os rapazes percebem que os seus semelhantes utilizam a violência como meio de manutenção do poder sobre as suas companheiras e que as raparigas consideram que ser “vítima do namorado” é uma forma de comprovar o compromisso que têm para com ele, não diferenciando os comportamentos violentos de formas de expressão de amor.

Um dos instrumentos que tem sido utilizado em Portugal para avaliar crenças legitimadoras de violência é a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal - ECVC (Matos, Machado & Gonçalves, 2000). A relevância deste instrumento reside na possibilidade de analisar um conjunto de crenças em relação à violência física e psicológica, no contexto de uma relação conjugal, incluindo a banalização da pequena violência, a legitimação pela conduta da mulher, a legitimação pela atribuição a causas externas e a legitimação pela preservação da privacidade familiar.

Mendes e Cláudio (2010) desenvolveram um estudo com o intuito de analisarem as crenças de jovens estudantes universitários sobre a violência doméstica, avaliando o seu grau de aceitação e o tipo de crenças que levam à legitimação da mesma. Os autores aplicaram a ECVC (Matos et al, 2000) a uma amostra de 363 jovens, entre os 18 e os 39 anos, de ambos os sexos dos ensinos universitário, secundário e profissional, e constataram, no geral, baixos níveis de legitimação dos comportamentos de violência. Verificaram-se, no entanto, diferenças significativas entre os géneros, sendo que o masculino revelou uma maior aceitação da violência, quer no geral quer em cada um dos fatores de legitimação constituintes da ECVC, ou seja, os estudantes do género masculino demonstraram maior banalização da pequena violência nas relações, consideraram com maior frequência que certas condutas da mulher são responsáveis pela violência doméstica, justificam mais este

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

abuso com base em causas externas (álcool, drogas ou desemprego) e deram maior relevância à preservação da privacidade familiar.

Machado, Macieira e Carreiras (2010), num estudo com 100 alunos universitários do Instituto Politécnico de Santarém e de Leiria, com idades compreendidas entre os 19 e os 39 anos, puderam verificar, também através da aplicação da ECVC, que na generalidade os estudantes apresentaram um baixo nível de concordância com a legitimação da violência. Relativamente ao género, constataram diferenças com o sexo masculino a registar valores mais elevados de aceitação/tolerância à violência que o sexo feminino e, tendo em conta a área de formação, a área da Educação apresentou uma média inferior de crenças legitimadoras de violência, ao contrário da área de Engenharia que obteve uma média mais alta.

O mesmo instrumento foi utilizado por Ventura (2014) para avaliar uma amostra de 688 estudantes, com uma média de idades de 17.45 anos, quanto ao seu grau de tolerância/aceitação de violência nas relações de intimidade. Os dados obtidos mostraram que os estudantes eram, na sua maioria, discordantes com as crenças legitimadoras de violência (40.4%), no entanto 11.8% da amostra foi concordante com este tipo de atitudes justificativas dos comportamentos violentos. Verificaram-se também valores mais elevados no fator relativo à “legitimação da violência motivada por causas externas e preservação da privacidade familiar” e diferenças significativas entre os géneros, tendo o sexo masculino registado valores superiores de legitimação de violência.

De forma semelhante, Santos (2016) estudou uma amostra de 200 indivíduos, com idades entre os 18 e os 65 anos, tendo encontrado diferenças significativas no que toca ao género relativamente às crenças legitimadoras de violência, manifestando o sexo masculino uma maior concordância com as mesmas e encarado os abusos como “algo mais natural e comum na relação conjugal” do que as mulheres. O seu estudo mostrou também que, quando analisada a relação entre as atitudes ou estereótipos de género e a legitimação da violência, se verifica que quanto maior forem as atitudes ou estereótipos de género, maior será a tendência para legitimar/ justificar o uso da violência nas relações íntimas, como a agressão verbal, física e sexual (Santos, 2016).

Finalmente, Czuba (2015) fez também uso da ECVC no seu estudo, no qual avaliou as crenças sobre violência conjugal numa amostra de 131 indivíduos homossexuais e bissexuais, com idades compreendidas entre os 18 e os 48 anos. Os resultados mostraram diferenças significativas em função do sexo, tendo sido os homens a apresentar mais crenças legitimadoras de violência conjugal comparativamente às mulheres. Foram também realizadas correlações entre as variáveis em estudo, tendo-se verificado uma correlação positiva entre a legitimação e banalização da pequena violência e a violência conjugal, ou seja, “quanto maior for o índice da legitimação e banalização da pequena violência, maior é o índice de violência conjugal”, verificando-se o mesmo resultado entre os restantes fatores

da ECVC e a violência conjugal. Foi, ainda, possível verificar que quanto maior o índice de maus tratos físicos e de maus tratos emocionais, maior é o índice de crenças sobre violência conjugal (Czuba, 2015).

Síntese do capítulo

Neste capítulo pudemos ler que a maioria dos autores concorda que a violência se traduz em comportamentos que resultam de uma relação de poder disfuncional e que a mesma se subdivide e/ou expressa através de diferentes dimensões do ser humano, nomeadamente as componentes física, sexual e psicológica. No que toca às relações de intimidade, os comportamentos violentos surgem cada vez mais cedo e a sua forte prevalência, quer a nível nacional quer a nível internacional, alertam para esta preocupante questão. Existem vários fatores (biológicos e culturais/sociais) e teorias, particularmente a teoria feminista, a teoria da vinculação e a teoria da aprendizagem social de Bandura, que tentam explicar a ocorrência da violência, bem como fatores de risco, relativos a características individuais e situacionais, que influenciam o aparecimento desses comportamentos.

As crenças, enquanto algo subjetivo que cada um constrói e/ou aceita como verdadeiro, desempenham um papel muito importante na condução das escolhas e dos comportamentos do ser humano e, conseqüentemente, na forma como o mesmo se relaciona com os outros, em particular com os seus parceiros íntimos. As diferenças de género, as quais atribuem o poder ao homem e entendem que este é superior à mulher, conferem legitimidade aos atos que o demonstrem, mesmo sendo violentos. Assim, as normas sociais e crenças acerca dos papéis de género e/ou que banalizam/normalizam a violência contribuem para a contínua legitimação e perpetração dos comportamentos agressivos.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Capítulo 2: Corpo empírico

I. Metodologia

Neste ponto será apresentada a caracterização do estudo empírico, sendo realizada a descrição dos objetivos e das variáveis, expostas as características da amostra e os instrumentos utilizados e, por fim, todo o procedimento de recolha de dados e de análise estatística.

1. Objetivos e variáveis em estudo

O presente estudo insere-se num projeto mais alargado denominado “Violência 360° - Abordagem clínica, familiar, social e comunitária da violência interpessoal em diferentes populações”, liderado por uma equipa de docentes/investigadores do Departamento de Psicologia e Educação, e no qual participam aluno/as do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Através de uma perspetiva multifatorial, este projeto pretende contribuir para o desenvolvimento de conhecimento científico que permita a compreensão e descrição do fenómeno da violência, nomeadamente no contexto das relações de intimidade, das suas causas e consequências. Em termos práticos, os estudos desenvolvidos no seu âmbito visam contribuir para a delineação de estratégias de prevenção e intervenção da violência no contexto das relações de intimidade entre jovens.

O estudo aqui apresentado centra-se especificamente no fenómeno da violência no contexto das relações de intimidade de jovens estudantes do ensino superior. Tem como objetivo geral contribuir para o estudo da relação entre crenças sobre violência conjugal e as estratégias de resolução de conflitos utilizadas por jovens estudantes do ensino superior nas suas relações de namoro. Neste sentido, as variáveis que escolhemos estudar são as seguintes:

- Crenças legitimadoras de violência: operacionalizadas através de afirmações que toleram/banalizam comportamentos abusivos, encarados como atos de pequena violência e/ou devidos à conduta da mulher, a causas externas e pela preservação da privacidade familiar, avaliadas pela Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC).
- Estratégias de resolução de conflitos: respeitantes a atos racionais e positivos ou comportamentos considerados abusivos, utilizados pelas pessoas em resposta a um conflito de interesses. Operacionalizadas através das Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (CTS2), serão estudadas as seguintes

estratégias: negociação, agressão psicológica, abuso físico sem sequelas e coerção sexual. Com base nestas variáveis, serão criados dois grupos de participantes, separando os jovens que tenham utilizado/sofrido estratégias abusivas nos seus relacionamentos dos que não o fizeram/sofreram.

A partir daqui, definiram-se como objetivos específicos do nosso estudo:

- 1) Caracterizar a prevalência das estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos estudantes, no que respeita à vitimização e perpretação;
- 2) Avaliar a existência de diferenças ao nível das estratégias de resolução de conflitos entre estudantes do sexo masculino e estudantes do sexo feminino.
- 3) Averiguar a existência de diferenças ao nível das crenças legitimadoras de violência entre estudantes que já sofreram estratégias de resolução de conflitos abusivas no namoro e estudantes que nunca sofreram este tipo de estratégias;
- 4) Analisar a existência de diferenças ao nível das crenças legitimadoras de violência entre estudantes que já recorreram a estratégias de resolução de conflitos abusivas no namoro e estudantes que nunca recorreram a este tipo de estratégias;
- 5) Averiguar a existência de diferenças ao nível das crenças legitimadoras de violência entre estudantes do sexo masculino e estudantes do sexo feminino;

Trata-se um estudo descritivo e comparativo, com a finalidade de descrever e comparar as variáveis, utilizando uma metodologia quantitativa, uma vez que os dados foram recolhidos através de instrumentos padronizados. Quanto à duração do estudo, este teve um delineamento transversal, uma vez que a recolha de dados da amostra foi realizada num único momento temporal (Lopes & Pinto, 2016).

2. Participantes

O procedimento de amostragem decorreu de forma não probabilística, tendo sido feita uma recolha por conveniência, em duas instituições de ensino superior, na região da Beira Interior.

a. Critérios de inclusão

Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: ser estudante do ensino superior; ser solteiro; ter no momento, ou já ter tido no passado um relacionamento íntimo com a duração superior a um mês; ter nacionalidade portuguesa; ter idade compreendida entre 18 e 30 anos. Tendo em conta estes critérios, do total de protocolos recolhidos (n= 512), foram excluídos 206 sujeitos, ficando a amostra em estudo composta por 306 participantes.

b. Caracterização dos participantes

A caracterização dos participantes será feita com base em dados sociodemográficos e familiares, nomeadamente o sexo, a idade, o ano do curso e a Instituição de ensino, e em características dos relacionamentos íntimos dos mesmos, como a natureza e os tempos médios das relações atuais e passadas. Na tabela 1 podem ser observados os dados sociodemográficos e familiares dos participantes.

Tabela 1: Dados sociodemográficos e familiares dos participantes.

		n	%
Sexo	Masculino	131	42.8
	Feminino	175	57.2
Classes de Idade	18-20	165	53.9
	21-24	123	40.2
	25-28	18	5.9
Ano do curso	1º ano - 1º ciclo/licenciatura	169	55.2
	2º ano - 1º ciclo/licenciatura	39	12.7
	3º ano - 1º ciclo/licenciatura	89	29.1
Instituição de ensino	Instituto Politécnico da Guarda	46	15.0
	Instituto Politécnico de Castelo Branco	260	85.0
Habitação habitual	Agregado familiar	290	94.8
	Outros (e.g. avós)	16	5.2
Habitação em período escolar	Agregado familiar	124	40.5
	Outros (e.g. colegas)	182	59.5
Situação dos pais no momento	Casados	243	79.4
	Viver juntos/ união de facto	9	2.9
	Separados/ divorciados	40	13.1
	Outra situação (e.g. viúvos)	10	3.3

A amostra é constituída por 306 participantes, dos quais 175 (57.2%) são do sexo feminino. A média de idade dos participantes é de 20.69 anos (DP= 2.136), variando entre um valor mínimo de 18 e um valor máximo de 28. A maior parte dos participantes tem entre 18 e 20 anos.

A maioria dos participantes estuda no Instituto Politécnico de Castelo Branco (85%) e frequenta o 1º ano de licenciatura (55.2%), seguido do 3º ano de licenciatura (29.1%) e do 2º

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

ano de licenciatura (12.7%). Habitualmente, a maioria dos participantes vive com a família (94.8%), no entanto, em período escolar a maioria vive com colegas (59.5%).

A maior parte dos participantes respondeu que, no momento do preenchimento do questionário, os pais se encontravam casados (79.4%), sendo o estado civil separado/divorciado a segunda resposta com maior percentagem (13.1%).

No que diz respeito às características dos relacionamentos íntimos dos participantes, e tal como se pode observar na tabela 2, 67.6% dos participantes afirmam ter atualmente um relacionamento íntimo. Destes, a maioria (76.8%) afirmou que namora sem viver junto. Na tabela 3, podemos ver que, em média, a duração dos relacionamentos foi de 27.6 (DP= 21.399) meses, variando entre um valor mínimo de 1 mês e um valor máximo de 110 meses (aproximadamente 9 anos).

Tabela 2: Características dos relacionamentos íntimos dos participantes.

		n	%
Relacionamento íntimo atual	Não	99	32.4
	Sim	207	67.6
Natureza da relação atual	Sem compromisso	26	12.6
	Namoro sem viverem juntos	159	76.8
	Namoro a viver juntos	22	10.6

Como se pode observar também na tabela 3, no que diz respeito aos participantes que não têm atualmente um relacionamento íntimo, mas já tiveram no passado (32,4%), o tempo médio de duração dos relacionamentos foi de 16.6 (DP= 16.609) meses, variando entre um valor mínimo de 1 mês e um valor máximo de 101 meses (aproximadamente 8 anos).

Tabela 3: Duração, em meses, dos relacionamentos íntimos (atual e passado) dos participantes.

	Tempo médio (DP)	Tempo máximo	Tempo mínimo
Relacionamento íntimo atual	27.6 (21.399)	110	1
Última relação no passado	16.6 (16.609)	101	1

3. Instrumentos

Na recolha dos dados foi empregue o protocolo do projeto já mencionado, constituído por diferentes instrumentos, dos quais três, descritos a seguir, foram utilizados neste estudo.

a. Questionário sociodemográfico

Este questionário teve como objetivo a recolha de dados sociodemográficos, como a idade, sexo, nacionalidade e local de residência, dados familiares, como a situação dos pais, e dados relativos à situação amorosa dos participantes.

b. Escala de Crenças sobre Violência conjugal - ECVC (Machado, Matos & Gonçalves, 2000)

A ECVC, uma escala construída pelos autores portugueses Carla Machado, Marlene Matos e Miguel Gonçalves, permite avaliar as crenças relativas à violência física e psicológica exercida no contexto de relações de tipo conjugal. É composta por 25 itens, organizados em quatro fatores: o fator 1 designado de “legitimação e banalização da pequena violência”, pois tal como o nome indica os 16 itens que o constituem (e.g., “Uma bofetada não magoa ninguém” e “Os insultos são normais entre um casal”) integram um conjunto de crenças que normalizam e banalizam a pequena violência; o fator 2 nomeado de “legitimação da violência pela conduta da mulher”, dado que os 10 itens que o integram (e.g., “Algumas mulheres merecem que lhes batam e “Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas”) traduzem a legitimação da violência através dos comportamentos da mulher; o fator 3 apelidado de “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”, enquadra 8 itens (e.g., “A causa da violência é o abuso de álcool” e “Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e económico”) que identificam a fonte da violência familiar num conjunto de fatores externos à conduta do agressor e, por fim, o fator 4 denomina-se de “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”, dado que os 6 itens que o constituem (e.g., “A violência conjugal é um assunto privado. Deve ser resolvido em casa” e “Em casos de violência conjugal, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal”) revelam que estes legitimam a violência pelo apelo ao conceito de privacidade e pela necessidade de preservar as famílias das intromissões exteriores.

Os itens estão apresentados com uma escala de resposta de cinco pontos (desde 1=discordo totalmente até 5=concordo totalmente), formulados no mesmo sentido. A pontuação total da escala é obtida pelo somatório direto das respostas de cada um dos itens e mede o grau de tolerância/ aceitação do sujeito quanto à violência conjugal (física e/ou

emocional), ou seja, quanto maior for a pontuação, maior será a aceitação das crenças legitimadoras de violência. É, também, possível calcular a nota para cada um dos 4 fatores, através da soma da pontuação dos itens que o integram, o que nos permite perceber melhor o tipo de crenças específicas envolvidas nessa tolerância à violência.

A consistência interna global da escala, obtida através do coeficiente alfa de Cronbach, é de 0.93, o que revela um elevado grau de consistência interna.

c. Escalas de Táticas de Conflito Revisadas - CTS2 (Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996), adaptação portuguesa de Alexandra & Figueiredo, 2006.

As Escalas de Táticas de Conflito Revisadas, versão portuguesa de Alexandra e Figueiredo das Revised Conflict Tactics Scales (CTS2), têm o objetivo de determinar as taxas de prevalência de abuso físico e psicológico no contexto da família, avaliando atos de agressão ou negociação para lidar com o conflito, no contexto das relações íntimas.

As CTS2 são compostas por 39 itens dispostos por cinco escalas: a de “negociação” (que engloba 6 itens como “Disse que tinha a certeza que poderíamos resolver um problema” e “Sugeri um acordo para resolver um desentendimento”), a de “agressão psicológica” (comportando 8 itens como “Insultei ou roguei pragas ao meu companheiro/a” e “Chamei de gordo/a ou feio/a ao meu companheiro/a”), a de “abuso físico sem sequelas” (integrando 12 itens como “Empurrei ou apertei o meu companheiro/a” e “Tentei estrangular o meu companheiro/a”), a de “coerção sexual” (que engloba 7 itens como “Fiz o meu companheiro/a ter relações sexuais sem preservativo” e “Recorri a ameaças para fazer com que o meu companheiro/a tivesse sexo oral ou anal comigo”) e a de “abuso físico com sequelas” (que compõe 6 itens como “Senti uma dor física, que se manteve no dia seguinte, por causa de uma luta com o meu companheiro/a” e “Tive uma fratura devido a uma luta com o meu companheiro/a”). Estas encontram-se ainda divididas em subescalas que indicam o tipo (emocional ou cognitivo, na negociação) ou a severidade (ligeira ou severa, nas restantes estratégias abusivas) dos comportamentos.

Perfazendo um total de 78 questões, com um formato breve e tempo de administração e resposta médio entre 10 a 15 minutos, os itens estão agrupados em pares de perguntas com referência aos comportamentos do participante (itens com número ímpar) e alusivos às ações do companheiro (itens com número par e formulados com a precisão “o meu companheiro fez isso comigo”). Este formato permite obter dados a respeito dos dois elementos da díade, comparar as suas respostas quando administradas a ambos, e ainda determinar o quanto as táticas de resolução de conflitos são participadas por cada um, mesmo quando um deles não é diretamente avaliado. Contabilizam ainda o número de ocorrências durante o último ano por parte do indivíduo e pelo companheiro, incluindo oito categorias de resposta, as primeiras seis destinadas a determinar a prevalência (percentagem

de sujeitos da amostra que reporta um ou mais atos que compõem cada uma das escalas) e cronicidade (frequência com que os atos avaliados por cada escala ocorrem entre os sujeitos) no último ano: [(1) uma vez no ano anterior, (2) duas vezes no ano anterior, (3) 3-5 vezes no ano anterior, (4) 6-10 vezes no ano anterior, (5) 11-20 vezes no ano anterior, (6) mais de 20 vezes no ano anterior], e as restantes categorias destinadas a determinar a prevalência global: [(7) não no ano anterior mas ocorreu anteriormente] e a inexistência deste tipo de abuso [(8) nunca aconteceu].

Estas escalas fornecem indicações para um total de 30 resultados possíveis, pois 5 escalas x 2 classificações para o tipo de agente (sujeito ou companheiro/a) x 3 tipos de classificações para os níveis de severidade (ligeiro, severo e total) dá um total de 30 pontuações.

As CTS2 apresentam índices de boa fidelidade e validade, com um $\alpha = 0.86$ no fator 1 “negociação”, um $\alpha = 0.79$ no fator 2 “agressão psicológica”, um $\alpha = 0.86$ no fator 3 “abuso físico sem sequelas”, um $\alpha = 0.87$ no fator 4 “coerção sexual” e um $\alpha = 0.95$ no fator 5 “abuso físico com sequelas”.

Neste estudo, em particular, será apenas utilizado o cálculo da prevalência global, determinada pela atribuição do valor 1 (ocorreu em alguma altura) a todas as categorias de resposta de 1 a 7 e do valor 0 (nunca ocorreu) à categoria 8, pois interessa saber se as estratégias de resolução de conflito foram alguma vez utilizadas em todo o tempo de relação e não somente no último ano. Optou-se, ainda, por utilizar todas as escalas, exceto a do abuso físico com sequelas, devido aos seus itens se encontrarem invertidos, que compõem a CTS2 na caracterização das estratégias de resolução de conflito. Nas análises referentes às diferenças entre grupos, a escala da negociação será apenas utilizada na comparação entre homens e mulheres, sendo que nas restantes utilizar-se-ão somente as escalas relativas às estratégias de resolução de conflito violentas, na composição dos mesmos.

4. Procedimento de recolha de dados

Tal como já foi referido, o presente estudo enquadra-se no Projeto Violência 360°, pelo que o protocolo utilizado já se encontrava construído, tendo sido os dados recolhidos pela equipa, constituída por docentes e alunos de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, da Universidade da Beira Interior. Também, a autorização da utilização dos instrumentos tinha já sido solicitada aos autores, no âmbito do protejo supra mencionado, bem como a realização de um pré-teste com alunos do ensino superior, de forma a averiguar a adequação do protocolo.

A recolha de dados foi realizada através do preenchimento de questionários, de forma presencial, em contexto de sala de aula, junto de duas instituições do ensino superior, o

Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) e o Instituto Politécnico da Guarda (IPG), sendo as condições de preenchimento asseguradas por docentes destas mesmas instituições. O consentimento informado, o qual se encontrava na primeira página do protocolo, foi assinado pelos sujeitos no início do preenchimento do mesmo.

Para a análise dos dados recolhidos recorreu-se ao programa *IBM SPSS Statistics 24*.

5. Análise estatística

Num primeiro momento, os dados foram introduzidos na base de dados, sendo depois feita a caracterização da amostra, com recurso a análises descritivas.

Antes de ser realizada a análise inferencial, é necessário que se faça uma escolha fundamental quanto ao tipo de testes estatísticos a utilizar, de modo a assegurar a credibilidade da investigação (Ribeiro, 2010). Recorreu-se, então, ao teste Kolmogorov-Smirnov a fim de testar a normalidade de distribuição das variáveis em estudo.

Relativamente à análise inferencial, para a obtenção da prevalência global foram também realizadas análises descritivas, nomeadamente tabulações cruzadas. Na concretização dos restantes objetivos realizaram-se testes Qui-quadrado, para comparação de frequências, e testes T para amostras independentes, como se pode verificar na tabela 4.

Tabela 4: Análises estatísticas em função dos objetivos.

Objetivos	Análises estatísticas
Cálculo de prevalência global de estratégias de resolução de conflitos	Tabulações cruzadas
Diferenças nas estratégias de resolução de conflito em função do género	Teste de diferenças (Qui-quadrado)
Diferenças ao nível das crenças em função de vitimização de estratégias abusivas	Teste T para amostras independentes
Diferenças ao nível das crenças em função de perpetração de estratégias abusivas	Teste T para amostras independentes
Diferenças nas crenças legitimadoras de violência em função do género	Teste T para amostras independentes

II. Resultados

Neste ponto serão expostos os resultados do nosso estudo, procurando seguir a ordem dos objetivos apresentados. Assim, num primeiro momento serão apresentados os dados descritivos sobre a prevalência das estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos jovens, bem como o estudo das diferenças na utilização destas estratégias, entre estudantes do sexo masculino e feminino. De seguida, serão apresentados os resultados relativos ao estudo das diferenças ao nível das crenças legitimadoras de violência e estratégias de resolução de conflito (vitimação e perpetração) usadas pelos jovens. Por fim, serão expostos os resultados sobre as diferenças ao nível das crenças legitimadoras de violência entre o sexo masculino e o sexo feminino dos participantes.

De referir que, antes de avançar para a análise das comparações entre grupos, verificou-se a normalidade das variáveis. Foi possível constatar que as variáveis do ECVC e da CTS2 não obedecem aos padrões de normalidade ($p < 0.05$), tendo sido obtido um resultado $p=0.000$ em todas elas. No entanto, de acordo com o Teorema do Limite Central, que defende que à medida que a dimensão da amostra aumenta, a distribuição amostral da média tende para a distribuição normal, ou seja, para uma amostra de dimensão superior a 25-30 assume-se que a distribuição da média amostral é satisfatoriamente aproximada à normal, optou-se por utilizar testes paramétricos (Marôco, 2014).

1. A Prevalência global das estratégias de resolução de conflitos

Para caracterizar as estratégias de resolução de conflitos utilizadas no contexto dos relacionamentos íntimos dos jovens, foi calculada a prevalência global, ou seja, a percentagem de participantes que reportou um ou mais atos que compõem cada uma das escalas em todo o tempo de duração da relação atual ou da última relação. Na tabela 5 são apresentados os resultados relativos à percentagem de participantes que reportam diferentes estratégias de resolução de conflito, tendo em conta o sexo dos participantes e o tipo e severidade das estratégias.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Tabela 5: Prevalência global das estratégias reportadas (perpetração e vitimação), atendendo à severidade, para homens (n= 131), mulheres (n= 175) e amostra total (n= 306).

		Perpretação						Vitimação					
		Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Negociação	Emocional	130	99.2	175	100	305	99.7	130	99.2	175	100	305	99.7
	Cognitiva	128	97.7	175	100	303	99.0	128	97.7	175	100	303	99.0
	Total	130	99.2	175	100	305	99.7	130	99.2	175	100	305	99.7
Agressão psicológica	Ligeira	90	68.7	115	65.7	205	67.0	89	67.9	101	57.7	190	62.1
	Severa	44	33.6	46	26.3	90	29.4	48	36.6	45	25.7	93	30.4
	Total	96	73.3	118	67.4	214	69.9	92	70.2	108	61.7	200	65.4
Abuso físico sem sequelas	Ligeiro	29	22.1	45	25.7	74	24.2	37	28.2	40	22.9	77	25.2
	Severo	14	10.7	11	6.3	25	8.2	18	13.7	10	5.7	28	9.2
	Total	32	24.4	45	25.7	77	25.2	41	31.3	42	24	83	27.1
Coerção sexual	Ligeira	39	29.8	17	9.7	56	18.3	39	29.8	32	18.3	71	23.2
	Severa	3	2.3	2	1.1	5	1.6	4	3.1	4	2.3	8	2.6
	Total	39	29.8	17	9.7	56	18.3	40	30.5	32	18.3	72	23.5

Quanto à prevalência global da negociação (emocional, cognitiva e total), pode verificar-se que, quer na perpetração quer na vitimação, as mulheres reportam esta estratégia na totalidade (100%), sendo também uma estratégia referida pela grande maioria dos homens. Já no que diz respeito à agressão psicológica, pode constatar-se que é referida, por estes jovens, em elevadas percentagens, quer ao nível da perpetração (69.9%), quer da vitimação (65.4%). Destacam-se as formas de agressão psicológica ligeira, em ambos os sexos, tanto no que diz respeito à perpetração (68.7% nos homens e 65.7% nas mulheres), como à vitimação (67.9% nos homens e 57.7% nas mulheres).

No que toca ao abuso físico sem sequelas, os jovens apresentam ainda, embora em percentagens inferiores, valores elevados, tanto na perpetração (25.2%) como na vitimação (27.1%), sendo o valor mais alto apresentado na forma de abuso físico sem sequelas ligeiro, pelo sexo masculino, no que toca à vitimação (28.2%).

Considerando a coerção sexual, esta é referida pelos jovens em percentagens consideráveis, quer ao nível da perpetração (18.3%) quer da vitimação (23.5%), com relevo para a coerção sexual na sua forma ligeira, quanto à perpetração (29.8% nos homens e 9.7% nas mulheres) e quanto à vitimação (29.8% nos homens e 18.3% nas mulheres).

2. Estratégias de resolução de conflito consoante o sexo dos participantes

De modo a analisar a existência de possíveis diferenças ao nível das estratégias de resolução de conflito entre estudantes do sexo masculino e estudantes do sexo feminino, procedeu-se ao cálculo do teste Qui-quadrado. Atendendo ao facto de o número de participantes que referiram as estratégias abuso físico sem sequelas severo e coerção sexual severa ser inferiores a 30, constituindo uma amostra que reduz a probabilidade dos resultados do tratamento estatístico terem significância (Coutinho, 2014), optou-se por não realizar a comparação entre os grupos nessas escalas. Decidiu-se, também, e considerando o objetivo geral deste estudo, utilizar apenas as estratégias de resolução de conflito violentas na comparação entre os grupos, não englobando a escala da negociação, pois esta é encarada como uma estratégia adaptativa.

Como podemos observar na tabela 6, existem diferenças significativas entre participantes do sexo masculino e feminino no que respeita à vitimação de duas estratégias de resolução de conflito abusivas. Assim, o número de rapazes que refere ter sido vítima de agressão psicológica severa ($X^2(\text{gl})= 4.23(1)$; $p= 0.040$), e de coerção sexual ligeira ($X^2(\text{gl})= 5.55(1)$; $p= 0.019$) é significativamente superior ao de raparigas que referiram ter sido vítimas dessas estratégias.

Tabela 6: Comparação da frequência de estratégias de resolução de conflitos abusivas (vitimação) e entre participantes do sexo masculino e feminino.

		Vitimação				$X^2(\text{gl})$	p
		Masculino		Feminino			
		N	%	N	%		
Agressão psicológica	Ligeira	89	67.9	101	57.7	3.33(1)	.068
	Severa	48	36.6	45	25.7	4.23(1)	.040*
Abuso físico sem sequelas	Ligeiro	37	28.2	40	22.9	1.16(1)	.283
Coerção sexual	Ligeira	39	29.8	32	18.3	5.55(1)	.019*

* $p < 0.05$

Como podemos observar na tabela 7, apenas existem diferenças significativas entre participantes do sexo masculino e feminino no que toca à perpetração de uma estratégia de resolução de conflito abusiva. Assim, o número de rapazes que refere ter utilizado coerção sexual ligeira ($X^2(\text{gl})= 20.16(1)$; $p= 0.000$) é significativamente superior ao de raparigas que referiram ter utilizado esta estratégia.

Tabela 7: Comparação da frequência de estratégias de resolução de conflitos abusivas (perpetração) e entre participantes do sexo masculino e feminino.

		Masculino		Perpetração Feminino		X ² (gl)	p
		N	%	N	%		
Agressão psicológica	Ligeira	90	68.7	115	65.7	0.30(1)	.582
	Severa	44	33.6	46	26.3	1.92(1)	.165
Abuso físico sem sequelas	Ligeiro	29	22.1	45	25.7	0.52(1)	.470
Coerção sexual	Ligeira	39	29.8	17	9.7	20.16(1)	.000**

**p < 0.001

3. Crenças legitimadoras de violência e estratégias de resolução de conflitos violentas (vitimação)

A apresentação dicotômica das variáveis relativas às estratégias de resolução de conflitos (prevalência global: 0 - *nunca ocorreu* e 1- *já aconteceu*) permitiu que estas fossem utilizadas para a criação dos grupos de comparação: estudantes que nunca tenham utilizado ou sido vítimas de algum tipo de violência e estudantes que já tenham utilizado ou sido vítimas alguma vez de algum tipo de abuso.

De modo a analisar a existência de possíveis diferenças ao nível de crenças legitimadoras de violência entre estudantes que já tenham sido vítimas de estratégias abusivas nas relações de namoro e jovens em que tal nunca ocorreu, procedeu-se ao cálculo do teste T de amostras independentes. Também neste cálculo não serão consideradas as dimensões severa das estratégias abuso físico sem sequelas e coerção sexual, dado o seu número de participantes ser inferior a 30, nem a negociação, por ser uma estratégia adaptativa.

No que diz respeito à Agressão Psicológica, e analisando as diferenças tendo em conta a severidade da agressão, verifica-se que os estudantes que já foram vítimas de agressão psicológica ligeira apresentam crenças sobre legitimação e banalização da pequena violência mais elevadas ($t(gl) = 2.63(276.56)$; $p = 0.009$) do que os estudantes que nunca sofreram este tipo de abuso. Os estudantes que já foram vítimas de agressão psicológica severa apresentam pontuações mais elevadas ao nível das crenças sobre legitimação e banalização da pequena

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

violência ($t(gl) = 4.01(303)$; $p = 0.000$), legitimação da violência pela conduta da mulher ($t(gl) = 2.78(303)$; $p = 0.006$), e legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar ($t(gl) = 2.10(303)$; $p = 0.037$) (Tabela 8).

Tabela 8: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (vitimação/não vitimação de agressão psicológica).

ECVC	Agressão psicológica - Vitimação							
	Ligeira				Severa			
	Ocorreu alguma vez (n=189)	Nunca ocorreu (n=116)	t (gl)	p	Ocorreu alguma vez (n=92)	Nunca ocorreu (n=213)	t (gl)	p
M (DP)	M (DP)	M (DP)			M (DP)			
Legitimação e banalização da pequena violência	1.47(0.41)	1.35 (0.34)	-2.63 (276.56)	.009*	1.56(0.43)	1.37 (0.35)	-4.01 (303)	.000**
Legitimação da violência pela conduta da mulher	1.58(0.43)	1.55 (0.47)	-0.55 (303)	.581	1.68(0.45)	1.53 (0.44)	-2.78 (303)	.006*
Legitimação da violência por causas externas	1.84(0.50)	1.86 (0.51)	0.406 (303)	.685	1.90(0.51)	1.82 (0.50)	-1.29 (303)	.198
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar	1.84(0.53)	1.75 (0.46)	-1.65 (270.34)	.101	1.90(0.57)	1.77 (0.48)	-2.10 (303)	.037*

* $p < 0.05$; ** $p < 0.001$

No que diz respeito ao Abuso Físico Sem Sequelas, observa-se que os estudantes que já foram vítimas deste tipo de abuso apresentam crenças de legitimação e banalização da pequena violência ($t(gl) = 4.86(112.17)$; $p = 0.000$), legitimação da violência pela conduta da mulher ($t(gl) = 3.39(130.58)$; $p = 0.001$) e legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar ($t(gl) = 3.74(303)$; $p = 0.000$) mais elevadas que os estudantes que nunca foram. Quando se analisam as diferenças tendo em conta a severidade da agressão, verifica-se que os estudantes que já foram vítimas de abuso físico sem sequelas ligeiro apresentam crenças sobre legitimação e banalização da pequena violência ($t(gl) = 4.15(102.17)$; $p = 0.000$), legitimação da violência pela conduta da mulher ($t(gl) = 2.84(303)$; $p = 0.005$) e legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar ($t(gl) = 2.62(107.16)$; $p = 0.010$) mais elevadas que os estudantes que nunca foram vítimas deste tipo de abuso (tabela 9).

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Tabela 9: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (vitimação/não vitimação de abuso físico sem sequelas).

ECVC	Abuso físico sem sequelas - Vitimação			
	Ligeiro		t(gl)	p
	Ocorreu alguma vez (76)	Nunca ocorreu (229)		
M (DP)	M (DP)			
Legitimação e banalização da pequena violência	1.61 (0.47)	1.37 (0.34)	-4.15 (102.17)	.000**
Legitimação da violência pela conduta da mulher	1.70 (0.48)	1.53 (0.43)	-2.84 (303)	.005*
Legitimação da violência por causas externas	1.93 (0.51)	1.82 (0.50)	-1.72 (303)	.087
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar	1.95 (0.60)	1.76 (0.47)	-2.62 (107.16)	.010*

*p< 0.05; **p< 0.001

No que diz respeito à Coerção Sexual, e tal como se pode observar na tabela 10, os estudantes que já foram vítimas deste tipo de abuso apresentam crenças de legitimação e banalização da pequena violência ($t(gl) = 2.77(102.48)$; $p = 0.007$), legitimação da violência pela conduta da mulher ($t(gl) = 2.84(97.67)$; $p = 0.006$) e legitimação da violência por causas externas ($t(gl) = 2.30(303)$; $p = 0.022$) mais elevadas que os estudantes que nunca foram. A análise de diferenças tendo em conta a severidade da agressão, permite perceber que os estudantes que já foram vítimas de coerção sexual ligeira apresentam crenças sobre legitimação e banalização da pequena violência ($t(gl) = 2.77(99.93)$; $p = 0.007$), legitimação da violência pela conduta da mulher ($t(gl) = 2.88(95.47)$; $p = 0.005$) e legitimação da violência por causas externas ($t(gl) = 2.41(303)$; $p = 0.017$) mais elevadas que os estudantes que nunca foram vítimas deste tipo de abuso.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Tabela 10: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (vitimação/não vitimação de coerção sexual).

ECVC	Coerção sexual - Vitimação				
	Ocorreu alguma vez (71)	Ligeira		t(gl)	p
		Nunca ocorreu (234)	M (DP)		
	M (DP)	M (DP)			
Legitimação e banalização da pequena violência	1.55 (0.44)	1.39 (0.36)	-2.77 (99.93)	.007*	
Legitimação da violência pela conduta da mulher	1.72 (0.54)	1.53 (0.41)	-2.88 (95.47)	.005*	
Legitimação da violência por causas externas	1.97 (0.56)	1.81 (0.48)	-2.41 (303)	.017*	
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar	1.92 (0.59)	1.77 (0.48)	-1.90 (99.49)	.060	

*p < 0.05

4. Crenças sobre violência e estratégias de resolução de conflitos violentas (perpetração)

De modo a analisar a existência de possíveis diferenças ao nível de crenças legitimadoras de violência entre estudantes que já tenham perpetrado estratégias abusivas nas relações de namoro e jovens que nunca o tenham feito, procedeu-se ao cálculo do teste T de amostras independentes. Não foram, mais uma vez, consideradas neste cálculo as estratégias abuso físico sem sequelas severo e coerção sexual severa, pois contam com um número de participantes inferior a 30, nem a estratégia adaptativa negociação.

Tendo em consideração a Agressão Psicológica, e tal como se pode observar na tabela 11, verifica-se que as crenças sobre legitimação e banalização da pequena violência são mais elevadas em estudantes que já perpetraram agressão psicológica ligeira (t(gl)= 2.68(303); p= 0.008) e perpetraram agressão psicológica severa (t(gl)= 4.03(303); p= 0.000). Estes últimos apresentam também pontuações mais elevadas ao nível de crenças que legitimam a violência pela conduta da mulher (t(gl)= 2.28(303); p= 0.023), quando comparados com estudantes que nunca recorreram a este tipo de estratégia abusiva.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Tabela 11: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (perpetração/não perpetração de agressão psicológica).

ECVC	Agressão psicológica - Perpetração							
	Ligeira		t(gl)	p	Severa		t(gl)	p
	Ocorreu alguma vez (n=204)	Nunca ocorreu (n=101)			Ocorreu alguma vez (n=89)	Nunca ocorreu (n=216)		
M (DP)	M (DP)			M (DP)	M (DP)			
Legitimação e banalização da pequena violência	1.47 (0.41)	1.34 (0.33)	-2.68 (303)	.008*	1.56 (0.44)	1.37 (0.35)	-4.03 (303)	.000**
Legitimação da violência pela conduta da mulher	1.59 (0.46)	1.53 (0.41)	-1.12 (303)	.262	1.66 (0.44)	1.53 (0.45)	-2.28 (303)	.023*
Legitimação da violência por causas externas	1.85 (0.50)	1.85 (0.51)	0.11 (303)	.915	1.92 (0.52)	1.82 (0.49)	-1.63 (303)	.104
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar	1.83 (0.52)	1.77 (0.48)	-0.97 (303)	.331	1.89 (0.53)	1.77 (0.50)	-1.93 (303)	.054

*p < 0.05; **p < 0.001

No que diz respeito ao Abuso Físico Sem Sequelas, e tal como se pode observar na tabela 12, denota-se que as crenças de legitimação e banalização da pequena violência são mais elevadas em estudantes que já perpetraram abuso físico sem sequelas ligeiro (t(gl)= 3.05(303); p= 0.002) quando comparados com estudantes que nunca recorreram a este tipo de estratégia abusiva.

Tabela 12: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (perpetração/não perpetração de abuso físico sem sequelas).

ECVC	Abuso físico sem sequelas - Perpetração			
	Ligeiro		t (gl)	p
	Ocorreu alguma vez (74)	Nunca ocorreu (231)		
M (DP)	M (DP)			
Legitimação e banalização da pequena violência	1.54 (0.45)	1.39 (0.36)	-3.05 (303)	.002*
Legitimação da violência pela conduta da mulher	1.65 (0.47)	1.55 (0.43)	-1.84 (303)	.067
Legitimação da violência por causas externas	1.86 (0.50)	1.84 (0.50)	-0.25 (303)	.804
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar	1.88 (0.57)	1.78 (0.49)	-1.41 (303)	.160

*p < 0.05

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

No que respeita à Coerção Sexual, e tal como se pode observar na tabela 13, verifica-se que as crenças sobre legitimação e banalização da pequena violência ($t(gl) = 2.43(71.54)$; $p = 0.018$), crenças que legitimam a violência pela conduta da mulher ($t(gl) = 3.16(303)$; $p = 0.002$), crenças que legitimam a violência pela atribuição a causas externas ($t(gl) = 3.00(303)$; $p = 0.003$) e as crenças de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar ($t(gl) = 2.98(71.07)$; $p = 0.004$) são mais elevadas em estudantes que já perpetraram coerção sexual ligeira, quando comparados com estudantes que nunca recorreram a este tipo de estratégia abusiva.

Tabela 13: Comparação dos resultados médios relativos às crenças legitimadoras de violência entre os dois grupos (perpetração/não perpetração de coerção sexual).

ECVC	Coerção sexual - Perpetração				
	Ocorreu alguma vez (56)	Ligeiro		t (gl)	p
		Nunca ocorreu (249)			
	M (DP)	M (DP)			
Legitimação e banalização da pequena violência	1.55 (0.46)	1.40 (0.36)	-2.43 (71.54)	.018*	
Legitimação da violência pela conduta da mulher	1.74 (0.49)	1.53 (0.43)	-3.16 (303)	.002*	
Legitimação da violência por causas externas	2.03 (0.53)	1.81 (0.49)	-3.00 (303)	.003*	
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar	2.01 (0.60)	1.76 (0.47)	-2.98 (71.07)	.004*	

* $p < 0.05$

5. Crenças legitimadoras de violência consoante o sexo dos participantes

De modo a analisar a existência de possíveis diferenças ao nível de crenças legitimadoras de violência entre estudantes do sexo masculino e estudantes do sexo feminino, procedeu-se ao cálculo do teste T de amostras independentes.

Como podemos observar na tabela 14, existem diferenças significativas entre estudantes do sexo masculino e feminino em todas as dimensões ECVC. Assim, os estudantes do sexo masculino apresentam crenças legitimadoras de violência mais elevadas, nomeadamente na legitimação e banalização da pequena violência ($t(gl) = 5.59(196.54)$; $p = 0.000$), na legitimação da violência pela conduta da mulher ($t(gl) = 4.58(213.8)$; $p = 0.000$), na legitimação da violência pela atribuição a causas externas ($t(gl) = 3.33(244.3)$; $p = 0.001$), e na legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar ($t(gl) = 5.8(215.06)$; $p = 0.000$), comparativamente às estudantes do sexo feminino.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Tabela 14: Comparação de médias entre as crenças legitimadoras de violência e participantes do sexo masculino e feminino.

	Sexo	N	M (DP)	t (gl)	p
Legitimação e banalização da pequena violência	Masculino	130	1.57(0.46)	5.59(196.54)	.000**
	Feminino	175	1.32(0.28)		
Legitimação da violência pela conduta da mulher	Masculino	130	1.71(0.52)	4.58(213.8)	.000**
	Feminino	175	1.47(0.35)		
Legitimação da violência pela atribuição a causas externas	Masculino	130	1.96(0.55)	3.33(244.3)	.001*
	Feminino	175	1.76(0.45)		
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar	Masculino	130	2.00(0.58)	5.8(215.06)	.000**
	Feminino	175	1.66(0.39)		

*p < 0.05; **p < 0.001

Síntese dos resultados

Da análise da prevalência global das estratégias de resolução de conflito destacam-se os seguintes resultados:

- A negociação é a estratégia de conflito mais prevalente nos estudantes;
- A maioria dos estudantes refere ter perpetrado e ter sido vítima de agressão psicológica;
- Cerca de um quarto dos estudantes refere ter sido vítima e perpetrado abuso físico sem sequelas;
- A percentagem ainda notável de estudantes que referem ter sido vítima de coerção sexual ligeira.

Relativamente às diferenças nas estratégias de resolução de conflito em função do sexo dos participantes, foi possível constatar que:

- Os rapazes referem sofrer mais de agressão psicológica severa do que as raparigas;
- Os rapazes afirmam sofrer mais de coerção sexual ligeira que as raparigas;
- Os rapazes referem utilizar mais a coerção sexual ligeira do que as raparigas.

Ao nível das comparações dos resultados médios das crenças legitimadoras de violência entre os grupos de estudantes, foi possível verificar que:

- As crenças de legitimação e banalização da pequena violência são mais elevadas em estudantes que já foram vítimas de agressão psicológica ligeira e severa, de abuso físico sem sequelas ligeiro e de coerção sexual ligeira;
- As crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher são mais elevadas em estudantes que já foram vítimas de agressão psicológica severa, de abuso físico sem sequelas ligeiro e de coerção sexual ligeira;
- As crenças de legitimação da violência por causas externas são mais elevadas em estudantes que já foram vítimas de coerção sexual ligeira;
- As crenças de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar são mais elevadas em estudantes que já foram vítimas de agressão psicológica severa e abuso físico sem sequelas ligeiro;
- As crenças de legitimação e banalização da pequena violência são mais elevadas em estudantes que já perpetraram agressão psicológica ligeira e severa, abuso físico sem sequelas ligeiro e coerção sexual ligeira;
- As crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher são mais elevadas em estudantes que já perpetraram agressão psicológica severa e coerção sexual ligeira;
- As crenças de legitimação da violência por causas externas são mais elevadas em estudantes que já perpetraram coerção sexual ligeira;
- As crenças de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar são mais elevadas em estudantes que já perpetraram coerção sexual ligeira.

As comparações dos resultados médios das crenças legitimadoras de violência entre estudantes do sexo masculino e feminino revelam:

- Os estudantes do sexo masculino apresentam resultados significativamente mais elevados nos quatro tipos de crenças legitimadoras de violência e na pontuação total da escala.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Capítulo 3: Discussão e reflexões finais

O objetivo principal do presente estudo trata de descrever e compreender a relação entre crenças sobre violência conjugal e as estratégias de resolução de conflitos utilizadas por jovens estudantes do ensino superior nas suas relações de namoro. Seguidamente será apresentada uma discussão, na qual os resultados obtidos são confrontados com a literatura existente.

A amostra, composta por 306 estudantes do ensino superior (1º ciclo/licenciatura) de institutos politécnicos de Castelo Branco e da Guarda, integrou participantes que afirmam ter na atualidade um relacionamento íntimo com duração superior a um mês e participantes que não tendo um relacionamento no momento atual, já tiveram no passado, também com a duração mínima de um mês. Pretendia-se estudar o fenómeno da violência no namoro em jovens, pelo que a idade dos participantes situou-se entre os 18 e os 30 anos. No que concerne ao sexo dos participantes, verificou-se uma predominância do género feminino (57.2%) e, como expectável num contexto académico, a maioria dos jovens afirma viver com outras pessoas que não a família, durante período letivo.

O primeiro objetivo do nosso estudo remetia para a caracterização da prevalência das estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos estudantes, relativamente à vitimação e perpetração. Considerando a amostra global, foi possível verificar que a negociação foi uma estratégia utilizada por quase todos os participantes (homens e mulheres). Esta estratégia é entendida como um conjunto de comportamentos, sustentados pela “argumentação racional, comunicação de afeto positivo ou expressões de sentimentos de cuidado”, tidos com a finalidade de resolver um conflito (Alexandra & Figueiredo, 2006, p.15). Assim, as elevadas percentagens encontradas no nosso estudo ao nível da negociação emocional (99.7%) e cognitiva (99%) são de algum modo superiores aos valores encontrados no estudo de Vieira (2013), respetivamente 84% negociação do tipo emocional e 81.7% do tipo cognitivo. Os nossos resultados corroboram também os dados obtidos no estudo de Santos (2016), no qual a negociação constituiu a estratégia de resolução de conflitos mais comumente utilizada pelos inquiridos de ambos os sexos, quer enquanto perpetradores quer enquanto vítimas.

Quando se observam apenas as estratégias de resolução de conflito abusivas, nota-se que a agressão psicológica, como são os atos verbais (ameaças) e não-verbais com o intuito de magoar o outro (Straus, 1990 citado por Alexandra & Figueiredo, 2006), foi o tipo de abuso mais prevalente na amostra, tanto na perpetração como na vitimação. As elevadas percentagens encontradas (69.9% de perpetração e 65.4% de vitimação), ainda que superiores, vão ao encontro dos resultados encontrados por Paiva e Figueiredo (2004) que verificaram, através do preenchimento da CTS2, que o tipo de abuso mais prevalente no seu estudo foi também a agressão psicológica (53.8% como perpetrador e 50.8% como vítima). A

nível da severidade, o nosso estudo aponta para uma maior prevalência de atos de agressão psicológica considerada ligeira (e.g. insultos, gritos ou sair/virar costas durante um desentendimento) quer ao nível de atos praticados ou sofridos, o que também tem sido demonstrado noutros estudos (Paiva & Figueiredo, 2004; Vieira, 2013).

Cerca de um quarto dos participantes no nosso estudo revela ter perpetrado (25.2%) ou sofrido (27.1%) de abuso físico sem sequelas. Neste âmbito incluem-se comportamentos como empurrar, agarrar com força, dar uma bofetada ou um pontapé ou atirar alguma coisa ao companheiro/a que o/a possa magoar. Outros estudos têm apontado para prevalências semelhantes deste tipo de comportamentos nos jovens (Barros, 2014; Vieira, 2013). A coerção sexual, especialmente na sua forma ligeira, revela-se também prevalente na nossa amostra, revelando que 18.3% já praticaram e 23.2% já foram vítimas destes atos, que incluem, por exemplo ter relações sexuais sem preservativo contra a vontade. Estes resultados vão ao encontro de outros estudos que apontam taxas de prevalência semelhantes para a utilização da coerção sexual no contexto das relações íntimas (Barros, 2014).

Quando se analisaram separadamente as estratégias de resolução de conflito para participantes do sexo masculino e feminino, no que diz respeito à vitimação, observou-se que os homens reportam ser significativamente mais vítimas de agressão psicológica severa e de coerção sexual ligeira do que as mulheres. Estes resultados corroboram, por um lado, os dados obtidos no estudo de Vieira (2013) e contrariam, por outro, resultados que apontam para uma maior prevalência de vitimação de violência psicológica e sexual nas raparigas (UMAR, 2017).

No que diz respeito à perpetração, ao contrário do que Santos (2016) sugeriu no seu trabalho, no qual o sexo masculino reportou mais vezes a perpetração de agressão psicológica severa do que o sexo feminino, e dos resultados encontrados por Cabeças (2016) de que os rapazes apontam valores médios superiores de agressão psicológica que as raparigas, no nosso estudo não foram encontradas diferenças significativas quanto a este tipo de abuso.

Também, no nosso estudo não se encontraram diferenças significativas entre os sexos relativamente ao abuso físico sem sequelas, ou seja, o uso da força física contra outra pessoa sem causar nenhum dano físico (Straus, 1990 citado por Alexandra & Figueiredo, 2006), tal como verificado na literatura (Santos, 2016). No que concerne às subescalas deste tipo de abuso, não se registaram igualmente diferenças significativas, o que indica que os sexos se assemelham, contrariando o estudo de Vieira (2013) que, na sua amostra, verificou que o género feminino pratica mais atos de abuso físico, quer ligeiro (25.5%) quer severo (5%) que o género masculino.

Por outro lado, no nosso estudo são os participantes do sexo masculino que reportam utilizar mais estratégias de coerção sexual ligeira nas suas relações íntimas. De forma semelhante, Paiva e Figueiredo (2004), Barros (2014) e Mena (2016) constataram que o sexo masculino assume recorrer à coerção sexual com maior frequência que o sexo feminino, assim

como Vieira (2013) que verificou que o género masculino reporta uma maior perpetração de coerção sexual ligeira, comparativamente com o género feminino.

Relativamente aos objetivos de averiguar se existiam diferenças ao nível das crenças legitimadoras de violência entre dois grupos de estudantes, os nossos resultados sugerem que, em geral, estas crenças são superiores nos estudantes em que já ocorreu a utilização de estratégias abusivas de resolução de conflitos nas relações de namoro. Assim, constatou-se que a legitimação e banalização da pequena violência é significativamente superior nos quatro domínios de agressão avaliados (de agressão psicológica ligeira e severa, abuso físico sem sequelas e coerção sexual ligeira), quer ao nível da vitimação, como da perpetração, o que sugere que os participantes que já foram vítimas ou praticaram este tipo de violência acreditam mais que alguns comportamentos (e.g. bofetadas, insultos entre parceiros íntimos) são normativos, comuns e pouco graves, não devendo, por isso, ser valorizados. Com efeito, é possível que quem já encontrou quase todo o tipo de abusos numa relação de intimidade, com o tempo, vai se habituando a desvalorizar as agressões, acreditando que a “pequena violência” é concebida como forma de demonstração de amor, originada pelo ciúme e considerada como insignificante e passageira. Perante este tipo de violência, a vítima tem ainda a esperança na mudança do/a companheiro/a (Ventura, 2014).

No que diz respeito à legitimação da violência pela conduta da mulher, este estudo revela que os estudantes que referem ter sido vítimas e perpetradores de agressão psicológica severa, de coerção sexual e vítimas de abuso físico sem sequelas apresentaram pontuações superiores ao nível destas crenças do que os jovens que nunca sofreram ou perpetraram estes tipos de abuso. Atendendo a que estas crenças se relacionam com a fidelidade e o papel da mulher na relação e com os seus “deveres conjugais”, enfatizam as desigualdades dos papéis de género ainda existentes e realçam a ideia de que a mulher tem ainda de desempenhar um papel de submissa e passiva na relação, tendo de procurar agradar ao seu companheiro. Estas diferenças entre géneros constituem ainda um tema controverso na sociedade atual, sendo debatidas por vários autores. Ventura (2014) expõe que quando a mulher não cumpre com o seu papel justifica-se que seja repreendida, normalmente, pelo uso da agressão.

No nosso estudo, apenas os estudantes que sofreram e perpetraram coerção sexual ligeira mostraram crenças de legitimação da violência por causas externas (e.g. álcool ou desemprego) mais elevadas que os que nunca sofreram ou perpetraram este tipo de abuso. Assim, tendo em conta as conhecidas consequências que advém do consumo exagerado do álcool (como a perda de controlo dos impulsos), pode supor-se que os envolvidos num abuso de cariz sexual procuram desresponsabilizar os agressores por este tipo de comportamentos, acreditando que a violência saiu do controlo individual dos mesmos e não se apresentou como um ato intencional (Ventura, 2014).

Finalmente, a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar revelou-se superior nos estudantes que já foram vítimas de agressão psicológica severa e

abuso físico sem sequelas e perpetradores de coerção sexual ligeira. Este resultado justifica-se pelo peso dos fatores emocionais associados às relações vinculadas e à importância da preservação do núcleo familiar (Caridade, 2011 citado por Ventura, 2014). No caso de as vítimas serem do sexo feminino, os abusos são tolerados pelas mesmas entenderem que certos comportamentos não devem sair da esfera privada ou por terem receio de ser mal compreendidas pela sociedade (Carvalho, 2010).

No que diz respeito ao último objetivo deste estudo, que pretendia averiguar a existência de diferenças ao nível das crenças legitimadoras de violência entre estudantes do sexo masculino e estudantes do sexo feminino, verificou-se que os estudantes do sexo masculino revelam uma maior aceitação da violência, tanto no geral como em cada uma das escalas da ECVC. São vários os autores que, nos seus estudos, apresentaram resultados semelhantes, demonstrando que os estudantes do género masculino apresentam crenças mais elevadas de legitimação e banalização da pequena violência, de legitimação da violência pela conduta da mulher, de legitimação da violência por causas externas, e de legitimação de violência pela preservação da privacidade familiar (Machado, Martins e Caridade, 2010, 2014; Mendes & Cláudio, 2010; Santos 2016; Ventura, 2014; Ventura et al, 2013). Estes resultados podem sugerir que os estereótipos relativos aos papéis de género, particularmente o papel de superioridade e poder do sexo masculino, estão ainda demasiado presentes junto dos jovens, dando continuidade e justificação aos comportamentos abusivos.

Tem sido sugerido que as crenças, baseadas na sua maioria na construção da identidade de género, detêm um papel crucial na legitimação da violência, desculpabilizando a sua perpetuação nas relações de intimidade, nomeadamente na relação de namoro (Ventura, 2014). Podemos então supor que o que se entende como sendo o papel do homem, de poder usar a força para estabelecer o seu domínio, e o papel da mulher, de ter uma atitude submissa e de procurar agradar ao seu companheiro, serve de justificação para o uso de violência, levando muitas vezes as vítimas a sentir culpa e/ou desculpar os agressores. Estas crenças erróneas, que evidenciam a desigualdade entre os géneros, continuam ainda a fazer parte da sociedade atual, pois as mesmas são transmitidas por adultos de ambos os sexos de geração em geração (Ventura, 2014).

Com este estudo, denota-se também que quem já esteve envolvido numa relação de intimidade abusiva tende a desculpabilizar mais o uso das agressões, sugerindo que, apesar de atualmente existir cada vez mais informação e apoio acerca desta problemática, a violência continua a ocorrer com frequência entre parceiros íntimos, como se de algo normal se tratasse.

Limitações, implicações práticas e sugestões para estudos futuros

Uma vez concluída a investigação, torna-se relevante apresentar as suas limitações. A primeira remete para a desejabilidade social, visto que, por se tratar de questionários de autorresposta e pela delicadeza do tema da violência, os participantes podem ter respondido tendo em conta o que era esperado/socialmente aceite e não o que realmente sofreram/fizeram. Apesar de a amostra ser constituída por um número considerável de participantes, não permite a generalização dos resultados, uma vez que, também, a sua recolha se limitou a uma região específica. A complexidade inerente à cotação da escala CTS2 tornou-se, ainda, um obstáculo à possibilidade de explorar outros resultados.

Ainda que haja limitações, a importância do presente estudo denota-se com a integração de novos dados na investigação do fenómeno da violência em contexto nacional, apresentando-se como um contributo para o estudo da sua prevalência. Realça também o facto de crenças e comportamentos poderem estar intimamente ligados, alertando para a necessidade de se trabalhar com ambos quando se procura a mudança. Esta investigação revela ainda a possibilidade de servir de base para programas de intervenção junto dos jovens, na medida em que identifica especificamente quais os tipos de crenças que se relacionam com os tipos de abuso, permitindo um plano de intervenção mais detalhado e direcionado para a problemática da violência nas relações de intimidade.

Em estudos futuros referentes à temática das crenças e da violência nas relações íntimas seria pertinente, para além da prevalência, calcular também a cronicidade dos comportamentos abusivos, isto é, a frequência com que os atos avaliados por cada escala ocorrem entre os indivíduos que os praticam, não abrangida por esta investigação. Poderia também incluir-se a variável sexo no estudo das diferenças ao nível das crenças entre jovens que foram ou não vítimas e que recorreram ou não a estratégias abusivas nas suas relações de intimidade. Seria ainda interessante a realização de um estudo longitudinal, que possibilitasse avaliar o efeito da idade e que permitisse estabelecer uma relação entre o antes e o depois de ser uma vítima ou um/a perpetrador/a de violência nas relações de intimidade.

Em suma, este estudo constitui um contributo para a compreensão do papel das crenças sobre violência nas relações de intimidade juvenis. Denota-se, então, que o combate a esta problemática da violência pode passar por reavaliar os valores e os ideais que são socialmente transmitidos e mostrar que os conflitos podem e devem ser geridos e solucionados de forma adaptativa e saudável. Mais que lidar com as consequências das agressões, é fundamental procurar evitá-las, apelando à sensibilidade e empatia humana, muitas vezes esquecidas.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Referências bibliográficas

- Barros, S. (2014). *Violência nas relações de namoro juvenis e ideação e comportamentos suicidas* (Dissertação de Mestrado em Medicina Legal). Universidade do Porto, Porto.
- Bonache, H., Ramírez-Santana, G. & Gonzalez-Mendez, R. (2016). Conflict resolution styles and teen dating violence. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 16, 276-286. DOI: 10.1016/j.ijchp.2016.03.003
- Cabeças, M. (2016). *Violencia en las relaciones amorosas: Factores de vulnerabilidad psicológica* (Tese de Doutoramento). Universidad de Extremadura, Departamento de Psicología y Antropología.
- Caridade, S. & Machado, C. (2008). Violência sexual no namoro: Relevância da prevenção. *Psicologia*, XXII (1), 77-104.
- Carvalho, N. (2010). *Perfil psicológico das mulheres vítimas de violência doméstica e suas repercussões* (Tese de mestrado em Psicologia Forense e da Transgressão). CESPU: Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário.
- Coker, A., Smith, P., McKeown, R. & King, M. (2000). Frequency and correlates of intimate partner violence by type: Physical, sexual, and psychological battering. *American Journal of Public Health*, 90, 553-559.
- Coutinho, C. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática* (2ª Edição). Coimbra: Edições Almedina, S. A.. Retirado de <https://books.google.pt/books?id=uFmaAwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>.
- Cristóvão, C. (2012). *Quanto mais me bates mais gosto de ti: Um estudo exploratório sobre a violência no namoro* (Dissertação de Mestrado em Psicologia Aplicada, Especialidade em Psicologia Clínica). ISPA, Lisboa.
- Czuba, J. (2015). *Violência doméstica entre parceiros íntimos homossexuais*. (Dissertação de Mestrado em Psicocriminologia). ISPA, Lisboa.
- Dahlberg, L. & Krug, E. (2007). Violência: Um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1163-1178. DOI: 10.1590/S1413-81232006000500007.
- Dardis, C., Dixon, K., Edwards, K. & Turchik, J. (2015). An examination of the factors related to dating violence perpetration among young men and women and associated theoretical explanations: A review of the literature. *Trauma, violence & Abuse*, 16 (2), 136-152. DOI: 10.1177/1524838013517559

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

- Delatorre, M., Scheeren, P., & Wagner, A. (2017). Conflito conjugal: evidências de validade de uma escala de resolução de conflitos em casais do sul do Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 35(1), 79-94. DOI: 10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.3742
- Direção-Geral da Saúde (2016). Violência interpessoal: Abordagem, diagnóstico e intervenção nos serviços de saúde (2ª edição). Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- Duarte, A. & Lima, M. (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portugueses. *Psychologica*, 43, 105-124.
- Elmqvist, J., Wolford-Clevenger, C., Zapor, H., Febres, J., Shorey, R., Hamel, J. & Stuart, G. (2016). A gender comparison of motivations for physical dating violence among college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 31 (1), 186-203. DOI: 10.1177/0886260514555130
- Frese, B., Moya, M. & Megías, J. (2004). Social perception of rape: How rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 19 (2), 143-161. DOI: 10.1177/0886260503260245
- Furinghetti, F. & Pehkonen, E. (2002). Rethinking characterizations of beliefs. In G. C. Leder, E. Pehkonen & G. Törner (Eds.). *Beliefs: A hidden variable in mathematics education?* (pp. 39-57). Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Giordano, P., Copp, J., Longmore, M. & Manning, W. (2016). Anger, control, and intimate partner violence in young adulthood. *Journal of Family Violence*, 31, 1-13. DOI: 10.1007/s10896-015-9753-3
- Guimarães, S. & Campos, P. (2007). Norma social violenta: Um estudo da representação social da violência em adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), 188-196. DOI: 10.1590/S0102-79722007000200003
- Haan, W. (2008) Violence as an essentially contested concept. In S. Body-Gendrot & P. Spierenburg (Eds.), *Violence in Europe* (pp. 27-40). New York: Springer.
- Haynie, D., Farhat, T., Brooks-Russell, A., Wang, J., Barbieri, B. & Iannotti, R. (2013). Dating violence perpetration and victimization among U.S. adolescents: Prevalence, patterns, and associations with health complaints and substance use. *Journal of Adolescents*, 53, 194-201. DOI: 10.1016/j.jadohealth.2013.02.008
- Leatham, K. (2006). Viewing mathematics teachers' beliefs as sensible systems. *Journal of Mathematics Teacher Education*, 9, 91-102. DOI: 10.1007/s10857-006-9006-8
- Lopes, D. & Pinto, I. R. (2016). Conhecer os métodos quantitativos e qualitativos e suas aplicações em ciências sociais e humanas. In M. V. Garrido & M. Prada, *Manual de competências académicas* (pp. 281-341). Lisboa: Edições Sílabo.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

- Machado, L. (2010). *Crenças e representações sociais dos adolescentes sobre a violência interpessoal* (Dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária). Universidade Fernando Pessoa do Porto, Porto.
- Machado, C., Caridade, S. & Martins, C. (2009). Violence in juvenile dating relationships self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample. *Journal Family Violence*, 25, 43-52. DOI: 10.1007/s10896-009-9268-x
- Machado, C., Gonçalves, M., Matos, M. & Dias, A. (2007). Child and partner abuse: Self-reported prevalence and attitudes in the north of Portugal. *Child Abuse & Neglect*, 31, 657-670. DOI: 10.1016/j.chiabu.2006.11.002
- Machado, C., Martins, C. & Caridade, S. (2014). Violence in intimate relationships: A comparison between married and dating couples. *Journal of Criminology*, 2014, 1-9. DOI: 10.1155/2014/897093
- Machado, T., Macieira, I. & Carreiras, M. (2010). Violência nas relações de namoro: Influência de crenças e área de formação. *Psicologia, Educação e Cultura*, XIV (2), 355-372.
- Makepeace, J. (1981). Courtship violence among college students. *Family Relations*, 30 (1), 97-102. DOI: 10.2307/584242
- Marôco, J. (2014). *Análise estatística com o SPSS statistics* (6ª edição). Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Marroquí, M. & Cervera, P. (2014). Interiorización de los falsos mitos del amor romântico en jóvenes. *Reidocrea*, 3 (20), 142-146.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S. & Silva, M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8 (1), 55-75.
- Mena, J. (2016). *Representações sociais da violência entre parceiros íntimos: Legitimação e resolução de conflitos* (Dissertação de Mestrado em Psicologia - área de especialização em Psicoterapia sistémica e familiar). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Mendes, E. & Cláudio, V. (2010, Fevereiro). *Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia da violência doméstica*. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Portugal: Universidade do Minho.
- Nascimento, F. & Cordeiro, R. (2011). Violência no namoro para jovens moradores de Recife. *Psicologia & Sociedade*, 23 (3), 516-525. DOI: 10.1590/S0102-71822011000300009
- Oliveira, M. & Sani, A. (2005). *Comportamentos dos jovens universitários face à violência nas relações amorosas*. Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia. Braga: Centro de Investigação em Educação.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

- Oliveira, M. & Sani, A. (2009). A Intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 6, 162-170.
- Organização Mundial de Saúde (1996). *Violence: a public health priority: WHO Global Consultation on Violence and Health*. Geneva: World Health Organization
- Österholm, M. (2010, janeiro/fevereiro). Beliefs: A theoretically unnecessary construct? In V. Durand-Guerrier, S. Soury-Lavergne & F. Arzarello (Ed.), *Proceedings of the Sixth Congress of the European Society for Research in Mathematics Education*. Lyon, France (pp. 154-163). Lyon: Institut National de Recherche Pédagogique
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4 (2), 165-184.
- Paiva, C & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107.
- Pehkonen, E. & Pietilä, A. (2003). *On relationships between beliefs and knowledge in mathematics education*. Paper presented at the CERME 3: Third conference of the European society for research in mathematics education, Bellaria, Italy.
- Raymond, A. (1997). Inconsistency between a beginning elementary school teacher's mathematics beliefs and teaching practice. *Journal for Research in Mathematics Education*, 28(5), 550-576. DOI: 10.2307/749691.
- Ribeiro, J. (2010). *Investigação e Avaliação em Psicologia e Saúde* (2ª ed.). Lisboa: Placebo Editora.
- Richardson, V. (1996). The role of attitudes and beliefs in learning to teach. In J. Sikula (Ed.), *Handbook of research on teacher education* (second edition, pp. 102-119). New York: Macmillan.
- Rokeach, M. (1970). Beliefs, attitudes, and values: A theory of organization and change. *AV Communication Review*, 18(2), 202-205. DOI: 10.2307/3509738
- Santos, M. (2016). *Representações mentais da violência entre íntimos: estudo das ideologias associadas ao género* (Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde - subárea de especialização em Psicopatologia e Psicoterapias Dinâmicas). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Shorey, R. Cornelius, T. & Bell, K. (2008). A critical review of theoretical frameworks for dating violence: Comparing the dating and marital fields. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 185-194. DOI: 10.1016/j.avb.2008.03.003.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

- Silva, L., Coelho, E. & Caponi, S. (2007). Violência silenciosa: Violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 11 (21), 93-103. DOI: 10.1590/S1414-32832007000100009
- Simgay, K. (2002). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: Desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, 8 (11), 32-46. DOI: 10.5752/136
- Simon, V., Kobielski, S. & Martin, S. (2008). Conflict beliefs, goals and behavior in romantic relationships during late adolescence. *Journal Youth Adolescence*, 37, 324-335. DOI: 10.1007/s10964-007-9264-5
- Speer, N. (2005). Issues of methods and theory in the study of mathematics teachers' professed and attributed beliefs. *Educational Studies in Mathematics*, 58, 361-391. DOI: 10.1007/s10649-005-2745-0
- Stelko-Pereira, A. & Williams, L. (2010). Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia*, 18 (1), 45-55.
- Stets, J. & Pirog-good, M. (1987). Violence in dating relationships. *Social Psychology Quarterly*, 50 (3), 237-246.
- Straus, M. (2004). Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide. *Violence Against Women*, 10 (7), 790-811. DOI: 10.1177/1077801204265552
- Straus, M., Hamby, S., Boney-McCoy, S. & Sugarman, D. (1996). The revised conflict tactics scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17 (3), 283-316.
- Straus, M. & Sweet, S. (1992). Verbal/symbolic aggression in couples: Incidence rates and relationships to personal characteristics. *Journal of Marriage and Family*, 54(2), 346-357. DOI: 10.2307/353066
- Sugarman, D. & Hotaling, G. (1997). Intimate violence and social desirability: A meta-analytic review. *Journal of Interpersonal Violence*, 12 (2), 275-290. DOI: 10.1177/088626097012002008
- Sugg, N. (2015). Intimate partner violence: Prevalence, health consequences, and intervention. *Medical Clinics of North America*, 99, 629-649. DOI: 10.1016/j.mcna.2015.01.012
- UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta (2017). *Violência no Namoro: Resultados Nacionais apontam a gravidade do problema*. Retirado de http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/Relatorio_de_Imprensa_Final.pdf.

Crenças sobre violência conjugal e violência no contexto das relações íntimas em estudantes do ensino superior

Ventura, M. (2014). *Violência no Namoro: Crenças e autoconceito nas relações sociais de género. Modelo de intervenção em enfermagem* (Tese de doutoramento em Ciências de Enfermagem). Universidade do Porto, Porto.

Ventura, M., Frederico-Ferreira, M. & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência, III* (11), 95-103. DOI: 10.12707/RIII12120

Vieira, A. (2013). *Representações sociais da violência entre parceiros íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença?* (Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde). Universidade de Coimbra, Coimbra.

Wright, L., Watson, W. & Bell, J. (1996). *Beliefs: The heart of healing in families and illness*. USA: Basic Books.